

3. RACIONALIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO EM PATROCÍNIO – MINAS GERAIS: O GRUPO ESCOLAR HONORATO BORGES (1912 – 1930)

Este capítulo tem por finalidade descrever e discutir a tentativa implementada pela elite patrocínense, composta por latifundiários, de modernização do ensino público primário em Patrocínio – M. G., com a implantação da primeira escola pública da rede estadual e oficial no município, no ano de 1912, quando é criado o Grupo Escolar Honorato Borges, na praça da Matriz Nossa Senhora do Patrocínio.

A criação do Grupo Escolar Honorato Borges deve ser vista como resultado de uma série de reformas estruturais levadas a cabo pelos governos nacional e estadual, inclusive no campo educacional, sobretudo a partir da Reforma João Pinheiro (1906). O governo estadual tinha o interesse de promover a modernização do Estado, num esforço gradativo e constante, no sentido de incluí-lo de forma dinâmica no projeto implantado pelos republicanos.

A discussão sobre a criação de um grupo escolar em Patrocínio está intimamente ligada com a postura política assumida pela oligarquia rural patrocínense, nesse momento específico. Evidentemente, ao se interessarem pela criação e instalação de um Grupo Escolar em Patrocínio, essa elite política e econômica assumia, na prática, seus valores enquanto membros de uma classe hegemônica na condução do poder político. Os mesmos, possivelmente, lideravam um processo de urbanização e melhoria das condições da infraestrutura da cidade.

Estes proprietários rurais também tinham um grande interesse na consolidação de um mecanismo maior de inculcação ideológica conformada com os novos moldes políticos impostos sobre o país, o modelo republicano, positivista e liberal.

A própria elite política de Patrocínio, liderada pelo então Coronel Honorato Martins Borges, também se engajava no sentido de fornecer ao município os meios necessários para a implementação de condições básicas para a modernização da cidade, assimilando uma tendência que já vinha sendo divulgada em todo o Estado de Minas Gerais, bem como em boa parte do país.

Entende-se que a criação do Grupo Escolar Honorato Borges representa a inserção do Município de Patrocínio no caminho da formação moral e cívica, tão necessárias para o estabelecimento da ordem defendida pelos ideais republicanos. Assim, todos os esforços em prol desse projeto foram suficientes para a garantia da instalação do mesmo em 1914.

A partir desse momento, ocorre então em Patrocínio uma série de melhorias dos serviços oferecidos à população local. A imprensa, representada pelo Órgão Oficial da Câmara Municipal, o jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” empenha-se continuamente em defender os interesses da oligarquia rural patrocínense. No intuito de levar adiante o projeto de sustentação do poder político, bem como consolidar a presença da educação pública, na sua vertente escolar, estabelece-se a criação do grupo escolar como uma das condições necessárias para a conservação da ordem social estabelecida e garantir os rumos do progresso espiritual e material da cidade.

A educação pública passa, então, a ser desenvolvida também através do grupo escolar, destacando-se também o término da construção do prédio definitivo, no Largo do Rosário (atual Praça Honorato Borges), em 1930. E a partir daí, a escola funciona até os dias atuais neste mesmo local.

A focalização analítica do capítulo terceiro dar-se-á em torno da criação (1912) e instalação (1914) do grupo escolar em Patrocínio. Consiste em dois momentos intimamente ligados à tendência estadual de implementação dos grupos escolares, com o intuito de garantir a base educacional, capaz de elevar Minas Gerais à categoria de região desenvolvida, cultural e economicamente. Neste sentido, a preocupação girará em torno de como foram ambos os processos, dando continuidade ao projeto republicano de modernização do ensino primário. A elite patrocínense mobilizou forças em torno do fortalecimento da educação escolar, acreditando estar fazendo com que trilhasse os caminhos do processo civilizatório, preocupação maior do governo mineiro. O Partido Republicano Mineiro (PRM), através de seus representantes locais, buscavam a consolidação da educação pública, a fim de possibilitar o desenvolvimento patrocínense.

Com a presença de um grupo escolar na cidade, a elite política local continua seus esforços em prol da modernização do município buscando também outras conquistas de infra-

estrutura para a cidade. Percebe-se, nesse sentido, que aos poucos, no decorrer destes aproximados quinze anos de funcionamento após sua criação, a estrutura predial do grupo escolar já não satisfaz as reais necessidades e se torna obsoleto. Torna-se, então, urgente, a conquista e a construção de um novo prédio para o funcionamento do grupo escolar, dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação estadual de ensino, bem como torná-lo equiparável aos demais grupos escolares de outras cidades da região do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro. Assim, a discussão acontecerá em torno do processo de construção do atual prédio do grupo escolar, em funcionamento desde 1930.

A fim de aprofundar as especificidades em torno do grupo escolar de Patrocínio, a preocupação passa a ser expressa em torno do tempo escolar, sobretudo ligada à organização do mesmo a fim de permitir a execução do currículo escolar. Neste sentido, busca-se a compreensão de determinadas normatizações em torno da organização curricular do grupo escolar, realizada através da análise de leis estaduais a respeito da mesma. Isto é imprescindível para a visualização dos interesses implícitos ao currículo, procurando elucidar as reais aspirações da rede estadual de ensino.

Será dada uma ênfase à abordagem da identidade e perfil do corpo discente e do corpo docente do grupo escolar. A compreensão da valorização em torno dos sujeitos se tornou indispensável para uma melhor abordagem do processo de escolarização. Neste sentido, professores e alunos são vistos como sujeitos centrais no processo educacional, realizado no interior da instituição escolar. Portanto, importante para o entendimento do universo escolar é a busca da identidade dos sujeitos envolvidos pelas diversas dimensões escolares.

O terceiro capítulo prioriza a abordagem do Grupo Escolar Honorato Borges, manifestado como um elemento da consecução da história da educação de Patrocínio, no decorrer da República Velha (1889 – 1930). Neste sentido, esta importante escola pública patrocinese se manifesta como expressão dos processos de modernização e racionalização do processo de escolarização do Estado de Minas Gerais.

Essa abordagem consiste numa análise em que o Grupo Escolar Honorato Borges é tomado como um todo em organização, uma racionalização de práticas pedagógicas, um posicionamento frente ao mundo social que o circunda. Além disso, também é visto como escola instituída num contexto histórico-social mais amplo. A construção da identidade do Grupo Escolar Honorato Borges está intimamente ligada às relações entre exterioridade e a internalidade ligadas à instituição escolar, bem como entre as influências das tendências políticas gerais do mundo, do País, do Estado, da Região. Contudo, também se manifesta

como expressão peculiar estabelecida frente às tendências locais, no que se refere à cidade de Patrocínio, bem como ao próprio Grupo Escolar.

Tanto a escola como o processo de escolarização são processos históricos, num processo dialético de construção e superação de comportamentos, valores e práticas. Com a modernidade, a escola passa a ocupar lugar central na instrução e formação de sujeitos sociais. Assim, são necessários os paradigmas de análise que ora refletem os elementos da exterioridade escolar, ora expressam os elementos internos da própria escola. Neste sentido, percebe-se a possibilidade do resgate da escola enquanto construção social e histórica.

3.1. Criação (1912) e instalação (1914) do Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio – M. G.

Na República Velha, Patrocínio passa por um intenso processo de melhoria nos serviços públicos oferecidos à população local. A cidade vive um momento de prosperidade, no sentido de conseguir superar muitas das deficiências de infra-estrutura.

Como Patrocínio é considerado também um dos municípios mineiros mais importantes da época, e um dos de maior destaque na região do Triângulo Mineiro, as oligarquias rurais, à frente do poder político, reivindicam a criação e a implantação de uma escola pública na cidade, com o intuito de suprir as necessidades existentes no campo da instrução primária. Além disso, é claro, tinham a preocupação de nivelar Patrocínio aos projetos políticos colocados em prática em termos estaduais, como a busca da racionalização, bem como da modernização da rede estadual de ensino.

Os membros da oligarquia rural de Patrocínio, favorecidos pela recém lançada Reforma João Pinheiro (1906), responsável pela introdução da designação e o modelo dos Grupos Escolares no Estado de Minas Gerais, esforçam-se no sentido de conseguir a implantação de um grupo escolar em Patrocínio. E, assim, muitos dos municípios mineiros, aos poucos, também vão buscando e lutando pela criação de grupos em suas cidades ou território. Na época, a conquista de um grupo escolar seria considerada um indício do prestígio político da liderança local e, ao mesmo tempo, uma contribuição para o aperfeiçoamento cultural da cidade.

Em Patrocínio, não há escolas graduadas ou pertencentes à rede oficial de ensino. A educação escolar era realizada através de algumas escolas particulares, normalmente mantidas por professores, ou através da presença de preceptores, contratados pelas famílias

mais abastadas e influentes da cidade. Ou seja, a maioria da população não tinha acesso aos serviços oferecidos pelas escolas, consideradas luxo ou privilégio para poucos.

Atendendo-se à crescente demanda por instrução no município, ou até mesmo para buscar o progresso cultural para Patrocínio, a elite oligárquica liderada pelo Coronel Honorato Borges, consegue a autorização do governo estadual para criar um grupo escolar na cidade.

Pela liderança que conquistou e pelo considerado exemplo junto aos seus aliados políticos, o líder do PRM em Patrocínio, Coronel Honorato Borges, foi homenageado sendo declarado patrono do Grupo.

Pode-se perceber, inclusive, pelos discursos veiculados no Jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”, o quanto o tema da educação nacional se tornou uma constante, sendo aludida como condição básica para a transformação cultural das cidades brasileiras, principalmente as interioranas. Em diversas ocasiões a educação é conclamada como uma questão muito delicada para a modernização do país, do estado e do município. O novo regime, pelo menos no discurso, elege a educação escolar como fundamental para o aperfeiçoamento social e econômico.

Em Patrocínio, os discursos políticos, seja na Câmara Municipal, seja no jornal “CIDADO DO PATROCÍNIO”, ou até mesmo nos círculos informais de amizade, como o atestam os testemunhos da época, evocam a preocupação da elite patrocínense em torno da necessidade de se implementar o processo de escolarização pública na cidade.

Os políticos patrocínenses passam a se esforçar, então, em prol da efetiva escolarização da cidade, através da conquista de um grupo escolar para a mesma, adequando-se aos rumos educacionais tomados a nível estadual, através da Reforma João Pinheiro (1906).

A fim de garantir a legalização do funcionamento do prédio do Grupo Escolar Honorato Borges, realizou-se a confecção de um contrato, contemplando as questões básicas relativas ao direito de propriedade e direito de usufruto por parte da rede estadual de ensino, responsável estruturalmente pela implantação dos grupos escolares. Essa era uma das condições mais importantes para a criação de um grupo escolar, bem como pelo seu funcionamento, buscando uma organização que atendesse às exigências expressas nas reformas estaduais.

Como ainda não havia escolas públicas na cidade de Patrocínio, as crianças recebiam instruções nas residências dos professores, através de aulas ministradas particularmente. Dentre estes professores, podem ser citados: Professor Olímpio Moraes,

Professor Paulo Arantes, Professora Virgínia do Amaral, Professora Quita, Professora Andalécia Gabriela Lana.

Na resolução n.º 177, de 28 de novembro de 1907, consta a cessão do prédio, em destaque, pelo município ao estado, enquanto este permanecer responsável pelo ensino oferecido nas escolas públicas. Isso demonstra o esforço do governo municipal em agilizar a criação do grupo escolar, esforçando-se, inclusive, em oferecer um prédio próprio para o funcionamento do mesmo. Com isso, os integrantes da elite política patrocínense se esforçam no sentido de proporcionar as condições básicas para a organização do ensino primário em Patrocínio.

A fim de garantir a instalação do Grupo Escolar, no sentido de obter um espaço específico para seu funcionamento, a municipalidade, através da Câmara Municipal, adquire um imóvel, em 12 de novembro de 1909, que era a residência oficial do Coronel Marciano Hilário Ferreira Pires, considerado pelos cidadãos destacado político.

O prédio adquirido pela municipalidade se localiza no Largo da Matriz. Os políticos locais assumiram a responsabilidade de adequá-lo às condições exigidas para o funcionamento de um grupo escolar. Com isso, mesmo alegando dificuldades financeiras, a municipalidade responsabilizar-se-á pela execução das ações necessárias e concernentes para o funcionamento do prédio, dentro dos padrões determinadas pela legislação vigente. Neste sentido, a reforma e a adaptação do prédio para o funcionamento efetivo do prédio, como Grupo Escolar retardaria, ocorrendo somente em 1913.

O Grupo Escolar Honorato Borges foi criado em 09 de janeiro de 1912, através do Decreto n.º 3.401, durante o governo estadual do Presidente Delfim Moreira. A publicação do decreto de criação ocorreu no dia seguinte, 10 de janeiro. Contudo, como ainda não tinha lugar determinado para a condução das aulas, o mesmo funciona mantido por verbas públicas, autorizadas pela Câmara Municipal de Patrocínio, até julho de 1913.

A instalação do Grupo Escolar Honorato Borges ocorre a 15 de junho de 1914, sendo completado o processo de criação e instalação do mesmo. E, a partir daí, o Grupo Escolar assume a tentativa de se implantar na cidade de Patrocínio uma experiência de racionalização do ensino primário. A presença na cidade de uma instituição de ensino pública evidencia o anseio dos políticos locais em buscar, através do Grupo Escolar, o progresso material e intelectual para a cidade.

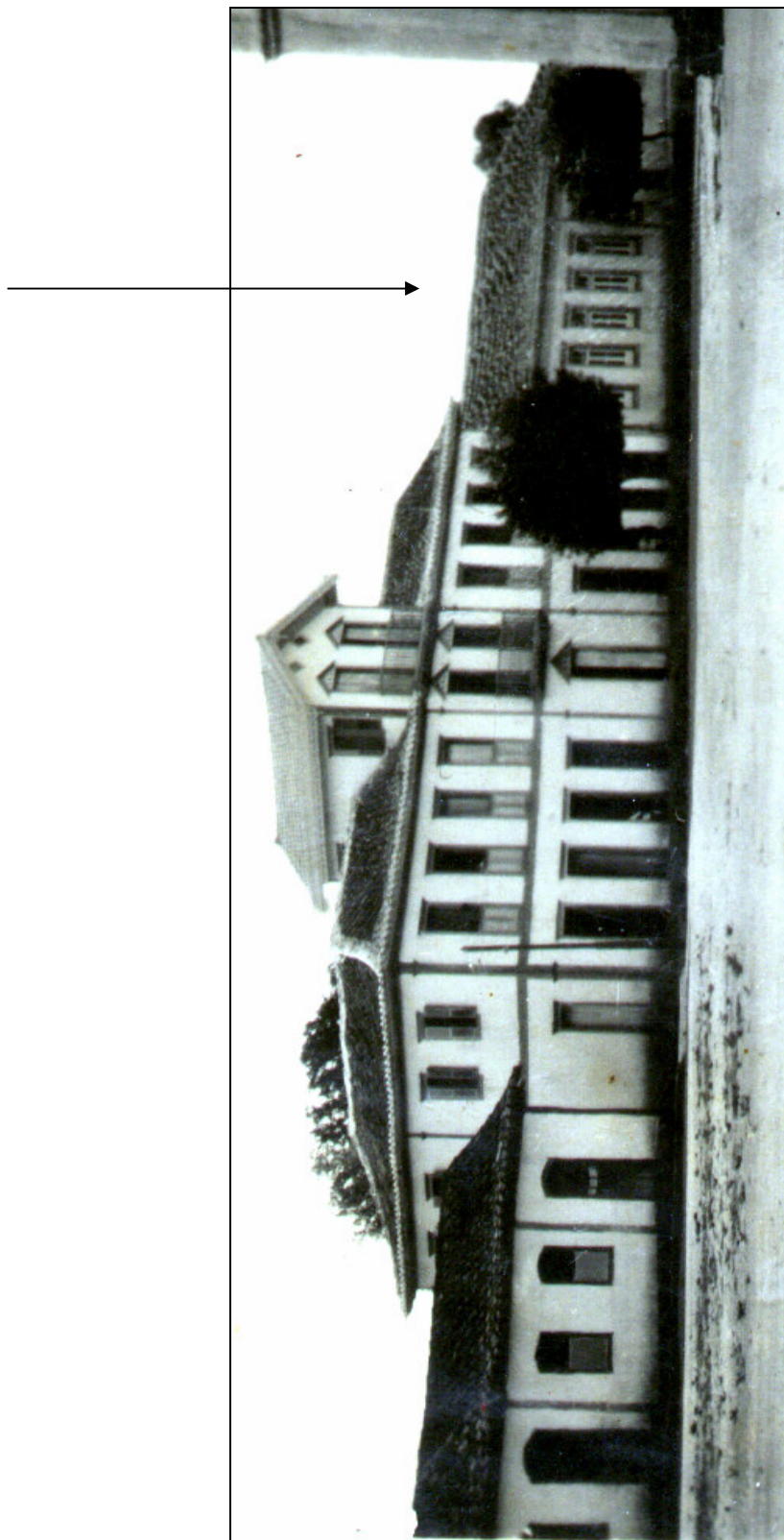


**Figura 09 – Largo da Matriz – 1928 – 1.º casarão da direita para a esquerda – Local da primeira sede de funcionamento Grupo Escolar Honorato Borges.
(Acervo da Escola Municipal Honorato Borges)**

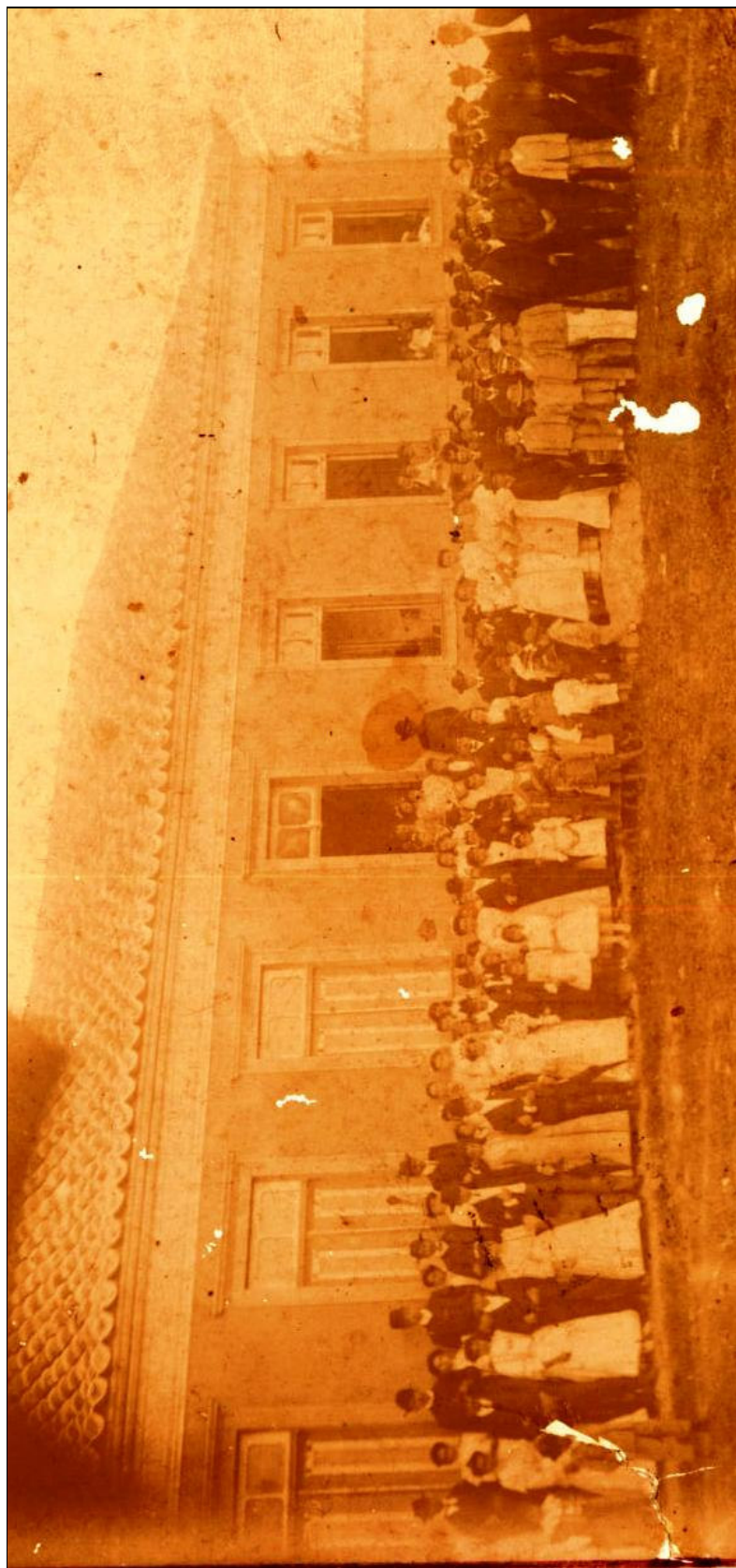


**Figura 10 – Antigo prédio do Grupo Escolar Honorato Borges.
(s/ data - Acervo da Escola Municipal Honorato Borges)**

Conforme consta depoimentos informais, a Senhora Geny Paula Rocha é considerada a primeira diretora interina do Grupo Escolar. Contudo, o primeiro diretor a preencher um cargo nomeado de fato e empossado oficialmente é Modesto de Mello Ribeiro, como observado no Livro “Termo de Posse” (Termo de Abertura: 8 de julho de 1913, pelo inspetor escolar Jayme Claudemiro dos Santos), página 2.

No Livro “Termo de Posse”, também encontram-se relatadas as posses dos primeiros professores contratados: Srta. Letícia Marra (página 2 verso), Sra. Amélia Angélica do Nascimento (página 3) e o professor Nestório de Paulo Ribeiro (página 4).

Os primeiros funcionários do Grupo Escolar são, também verificados no Livro “Termo de Posse”, o Sr. Osório Marques Ferreira (primeiro porteiro – página 3 verso), bem como a Sra. Augusta Maria da Porciúncula (primeira servente – página 4 verso).

A “caixa escolar” foi instalada também em 1914, denominando-se “Caixa Escolar Paula Arantes”, alusão ao culto professor Francisco de Paula Arantes. A “caixa escolar” teve como presidente, desde sua fundação até 1943, o Sr. João Barbosa, o qual sempre se dispôs a lutar pela formação de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. Com isso, muitos alunos somente conseguiam permanecer perseverantes e freqüentes no Grupo Escolar com o auxílio da “caixa escolar”.

Conforme o Decreto n.º 1.969, de 03 de janeiro de 1907, através do qual é promulgada a aprovação do Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas, o Presidente do Estado João Pinheiro da Silva, bem como seu Secretário dos Negócios do Interior, estabelecem algumas regras básicas para a permissão do funcionamento das escolas estaduais em seus vários aspectos. Assim, no que se refere à Caixa Escolar, esclarece:

A Caixa Escolar era destinada a “ocorrer às pequenas despesas do estabelecimento, de expediente e auxílios aos alunos pobres.” A sua receita adviria: a) gratificações não pagas ao pessoal docente e administrativo do Grupo Escolar, quando em licença ou por faltas não abonadas; b) donativos de particulares; c) produto de exposições, quermesses e outros, em benefício da Caixa; d) outras fontes autorizadas pelo Governo e conseguidas pelo diretor. O Regimento especificava suas despesas em: a) fornecimento de material escolar a alunos pobres; b) idem de roupa e calçado aos mesmos; c) assistência médica aos alunos sem recurso; d) compras para o museu e para a biblioteca da escola; e) aplicações de beneficiamento no prédio da escola, jardim e material escolar. (MOURÃO, 1962: 166 – 7)

Todos estes fatos e disposições legais possibilitaram as condições necessárias para a criação, instalação e o funcionamento de um Grupo Escolar na cidade de Patrocínio, ainda na Primeira República. Esta escola é considerada o primeiro estabelecimento oficial de

ensino, mantido pelo governo estadual. E, desse modo, a cidade de Patrocínio conseguiria algumas das condições que possivelmente contribuiria para o avanço do ensino público, mesmo que ainda não conseguindo atender a toda demanda local. Contudo, a presença de um Grupo Escolar na cidade possibilitaria, pelo menos, o início de uma reviravolta na organização do ensino na cidade. Pois, o Grupo Escolar era tido como modelo escolar avançado e capaz de melhorar as condições de ensino oferecidas.

A criação do Grupo Escolar Honorato Borges compõe um dos elementos da organização da educação pública em Patrocínio. A presença de um Grupo Escolar na cidade significava, para alguns, a chegada do avanço e do progresso, não só pedagógico, mas também, político. A implantação de um grupo significaria também, para a elite local, a possibilidade de estar preservando a formação de um ambiente social voltado para os ideais republicanos de civilidade, cidadania e cortesia. Além do mais, contribuiria também proporcionando a realização de uma reforma dos costumes e a implantação de uma ordem, a ser inculcada no meio popular e promover a solidariedade social, contribuindo para a coesão social interna da cidade.

A elite política patrocínense demonstra um claro interesse pelo desenvolvimento da educação pública, no sentido de estabelecer concepções de vida em acordo com o republicanismo, positivista e liberal. Os políticos locais também se preocupavam com a necessidade de estimular a educação pública, buscando contribuir para a consolidação de uma nova ordem social, com o interesse de fortalecer a identidade e a nacionalidade brasileira.

3.2. A importância do Grupo Escolar Honorato Borges e a construção (1928 – 1930) da nova sede

Durante as três primeiras décadas do século XX, Patrocínio passa por um intenso processo de urbanização e conseqüente melhoria nas mais diversas áreas de infra-estrutura, dentre as quais podemos destacar avanços na comunicação, nos transportes, na conquista de novos serviços públicos, bem como na pavimentação de algumas vias urbanas, bem como a construção de novos prédios. Em outras palavras, a política local consegue aliar os interesses de uma camada oligárquica, detentores dos poderes político e econômico, com o intuito de promover o processo de modernização da cidade.

Muitas conquistas já vinham sendo longamente debatidas e requeridas na imprensa local, representada pelo jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”, procurando efetivar a satisfação das necessidades básicas da cidade, em termos de infra-estrutura.

Percebe-se que a paisagem urbanística tem uma importância singular no sentido de ser a forma mais visível do progresso de uma cidade. Neste sentido, a elite política local buscava implementar uma série de reformas estruturais, demonstrando visivelmente o avanço material da mesma, no sentido de urbanizar-se.

O interesse se dava no sentido de tomar uma série de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais, tão necessárias ao desenvolvimento racional e humano da cidade.

Patrocínio, já na década de 1920, a conquista e a efetivação da Estrada de Ferro proporcionam à população patrocinese, a agilização do transporte de passageiros. Anteriormente, as viagens eram realizadas, sobretudo a cavalo, dificultando enormemente o contato da população da cidade com os centros urbanos de destaque nacional, como São Paulo e Rio de Janeiro. Com a Estrada de Ferro, então, a população local passa a ter disponibilizado um acesso mais rápido e cômodo a outras regiões do Estado de Minas Gerais, bem como à própria capital do país, o Rio de Janeiro. Este contato mais imediato e a facilitação do transporte acabam proporcionando também uma agilização do intercâmbio e da veiculação de idéias, proporcionando um contato mais efetivo com as principais tendências do país, em todos os âmbitos sociais. Novas idéias começam a circular mais rapidamente e isto dinamiza a vida da cidade de Patrocínio, renovando o perfil até mesmo dos viajantes que para cá se dirigiam.

O comércio também começa a se fortalecer de maneira destacável, ampliando inclusive o perfil das atividades econômicas da cidade. Há, ainda, com o intuito de modernizar e desenvolver a infra-estrutura da cidade, o estabelecimento de um grande número de instituições burocráticas na cidade, como o fórum, a prefeitura, o posto de profilaxia, bem como a cadeia pública, e outros, como constam na imprensa local, representada aqui pelo jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”.

Assim, paralelamente ao impulso econômico dos anos 1920, Patrocínio continua a discutir questões relativas à necessidade da promoção da instrução pública, como uma das formas possíveis para garantir o crescimento ordenado e civilizado da cidade. Desse modo, o “CIDADE DO PATROCÍNIO”, em inúmeras edições, continua seu trabalho de divulgação das concepções de mundo propostas pela oligarquia local, em consonância com os ideais propostos para a modernização do país e a busca da consolidação do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a educação tende a ser vista como redentora dos valores morais e cívicos, colaborando com o aperfeiçoamento moral e intelectual da população local. Por exemplo, na edição n.º 669, publicada no 28 de março de 1926, há a seguinte matéria com o

título “Influência da Educação nos nossos costumes”. Nela, percebe-se o posicionamento do colunista em prol da modernização também do ensino público, ambicionando um novo rumo para a rede escolar. Assim, a educação passa a ser concebida como processo capaz de moralização e politização dos alunos. Desse modo, sua ação tem efeito sobre o universo social, no sentido de inculcar a verdadeira moral e os valores cívicos, tão necessários para o aprimoramento humano. Assim,

Influência da Educação nos nossos costumes – nunca foi tão preciso, como agora, que a Educação assuma as mais criteriosas proporções, para que, bem feita, alicerçada nos sãos princípios de uma robusta moral, enfrente tantos males que procuram perverter os puros costumes do povo brasileiro. E essa defesa, a que nos referimos, depende da Educação atual: é a mocidade hodierna que vai servir de anteparo à perversão dos nossos costumes, repelindo as exóticas extravagâncias das modas sempre mutáveis, e, cada vez mais, mais indecentes, que o luxo e o pouco escrúpulo exportam para nós... A pessoa, verdadeiramente educada, é simples nas suas maneiras, modesta no seu trajar; e, preocupada com as belezas que a Ciência lhe prodigaliza, não perde tempo com essas futilidades, que só servem para comprometer-lhe o futuro... Em todos os atos da nossa vida, nos mais insignificantes e nos mais comuns, deve existir um lado prático, algo de proveito, para que sejam lícitos. O indivíduo culto emancipa-se, mais facilmente que o ignorante, dos muitos vícios e fraquezas que o assediam, porque sabe avaliar as funestas consequências oriundas desses males. O exagero das modas, mormente por parte do sexo fraco, é proveniente da falta de experiências das coisas... E esse exagero é comprometedor, ainda mais quando a pessoa reconhece os seus tantos inconvenientes, ao qual se entrega, incautamente, por imitação, apenas, para, como se diz, estar ao lado da maioria. A maldade dos homens que se dá, muito bem, “com essas modas”, ao invés de censurá-las insistentemente e com critério, acoçoa-as, para se extasiar ante à beleza plástica e provocadora da Natureza... As mulheres, então sabedoras desse prazer que proporcionam, com as suas modas, a homens sem escrúpulo, é que devem modificar os exageros, vestindo-se com recato, ocultando, quando possível, as partes do seu corpo, que deve ser um templo augusto e sacrossanto, guardando preciosidades inestimáveis... Senão por outros sentimentos mais nobres (perdoem-nos!...), ao menos por este “Amor próprio”, deve a Mulher ser comedida no seu traje, para que se conserve inacessível aos olhares perscrutadores e maliciosos dos homens... A regeneração de todos os costumes, a salvação moral dos nossos dias depende, particularmente, da mulher. Sabia ela conduzir-se, saiba impor-se, saiba manter a natural ascendência que deve ter sobre os homens, saiba, afinal, fazer-se respeitada, à vista da sua superioridade de sentimentos afetivos, de amizade, de amor e de dedicação, mas tudo isso com um certo orgulho bem compreendido, que reinará, no mundo, aquela tranquilidade de costumes, de que tanto precisamos. Ao lado daquilo tudo, abandone as extravagâncias das modas, e conserve, muito elevadamente, o segredo que tem de cativar, sem ser preciso, apesar disso, lançar mão de meios menos dignos, com os quais não deve estar de acordo o seu sexo, que se impõe, arrebatada e vence, pelos predicados que a fazem privilegiada, governando e dirigindo o mundo para as mais sublimes conquistas do amor, da inteligência e da moral! N. (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 669 – 28/03/1926)

Percebe-se a preocupação que o periódico tem em divulgar princípios morais e atitudes a serem inculcadas na mocidade patrocínense, de modo a preservar a ordem estabelecida pela tradição. A preservação da moral e dos bons costumes é condição

considerada primordial no sentido de garantir também a ordem social. A moral individual, se bem assimilada, conforme os valores propostos socialmente, preserva todo o universo social.

O final da década de 1920, para Patrocínio, também representa um momento muito fecundo em termos educacionais, pois em 1927, é inaugurado o Ginásio masculino Dom Lustosa, sob responsabilidade da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria e da Adoração Perpétua do Santíssimo Sacramento do Altar; há também o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, na época, voltado exclusivamente para meninas, também é criado em 1928 e fica sob os cuidados da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar. Ambos são instituições ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana e criadas com a intenção de anular o avanço da missão presbiteriana, também presente aqui em Patrocínio. A presença presbiteriana inclusive está voltada para a ação educativa escolar, iniciada em meados da década de 1920 com a fundação do *Patrocínio College*.

Já o Grupo Escolar Honorato Borges, único estabelecimento de ensino da rede pública da cidade, receberá uma nova sede de funcionamento, com instalações arquitetônicas consideradas mais amplas e modernas. Esse novo prédio a ser construído localizar-se-ia no Largo do Rosário (atual Praça Honorato Borges), resolvendo o problema da precária estrutura predial em que vinham sendo ministradas as aulas. A necessidade da construção de um novo prédio se tornou evidente quando o número de alunos começou a ultrapassar os limites de acomodação. Além do mais, as condições de funcionamento já tinham se tornado precárias em fins da década de 1920, exigindo uma tentativa de resolver a questão predial, pois o mesmo já encontrava sérias dificuldades para atender à demanda. Além do mais, com o interesse de promover a modernização da cidade, os políticos locais também se interessavam em inaugurar um novo prédio para o grupo escolar, evidenciando a grandeza e a importância do mesmo, no sentido de ser o local específico para a educação escolar e instrumento da instrução popular. O Grupo Escolar Honorato Borges representa a consecução de uma tentativa de modernização do ensino primário oferecido na cidade. Por isso, deveria possuir um prédio que, realmente, possibilitasse e acomodasse as condições necessárias para a realização do projeto educacional de moralizar os costumes e aperfeiçoasse a conhecimento.

A cidade de Patrocínio, mesmo na década de 1920, apesar dos grandes surtos de desenvolvimento industrial pelo país e em Minas Gerais (sobretudo em Belo Horizonte e Juiz de Fora), permanece essencialmente dependente de uma economia primária, voltada para a produção agrária, em especial de grãos, e também voltada para a prática de pecuária extensiva, bem como a agroindústria.

O educandário Grupo Escolar Honorato Borges, em 1922, permanece a única casa de ensino oficial na cidade, contando com 387 alunos matriculados, distribuídos em 7 classes, como pode ser verificado no livro “Termos de Visitas Oficiais”, n.º 10, página n.º 01. O Grupo possui seis cadeiras, mas há o funcionamento de 07 classes (Ver quadro 02). Já em 1924, o Grupo Escolar atende um total de alunos perfazendo um total de 427 alunos.

Tabela 02 – Relação do número de alunos por turma e professora no ano de 1922:

Turma:	Alunos matriculados:	Professora responsável:
1º ano masculino	83 alunos	Dona Amélia Alves
1º ano feminino	61 alunas	Dona Amélia Nascimento
1º ano misto	62 alunos	Dona Amélia Borges
2º ano feminino	49 alunas	Dona Geny de Paula Rocha
2º ano masculino	62 alunos	Dona Vera de Paula Rocha
3º ano misto	51 alunos	Dona Judith de Paula Rocha
4º ano misto	19 alunos	Dona Rita Maria de Oliveira

Fonte: Livro “Termos de Visitas Oficiais”, n.º 10, pág. 01

Em 02 de janeiro de 1927, edição n.º 708, há a publicação, no “CIDADE DO PATROCÍNIO”, de uma reprodução de comunicação do diretor aos pais dos alunos com as regras a serem seguidas para as matrículas a serem efetuadas no Grupo Escolar Honorato Borges, no corrente ano de 1927. A seguir, a descrição completa do mesmo:

Grupo Escolar “Honorato Borges” – o Diretor do Grupo escolar “Honorato Borges”, em virtude do § 1 do art. 76 do regulamento que baixou com o decreto n. 6.655, de 19 de agosto de 1924, faz saber a todos os srs. Pais, tutores, ou responsáveis pelos menores em idade escolar, que se acha aberta a matrícula do referido estabelecimento, do dia 2 a 14 de janeiro. Os pedidos deverão ser por escrito e assinados pelo pai, tutor ou responsável pelo menor, com as declarações do nome, idade, filiação, profissão e residência e se é ou não pobre. ART. 22. – O ensino primário fundamental será obrigatório em qualquer parte do território mineiro onde haja escolas públicas ou particulares subvencionadas, suficientes para o número de menores em idade escolar, de 7 a 14 anos, de ambos os sexos, existentes dentro de cada perímetro escolar. ART. 23. – A obrigatoriedade entende-se exclusivamente para o ensino primário fundamental que poderá ser recebido nos estabelecimentos estaduais, municipais, nos particulares, ou nos próprios domicílios. ART. 24. – Excetuam-se da obrigatoriedade: Os menores impossibilitados de freqüentar escola por falta absoluta de meio de comunicação, ou por indigência notória; Os que forem incapazes física ou intelectualmente; Os que contarem menos de 7 anos ou mais de 14; Os que sofrerem moléstias contagiosas ou incuráveis; § 1. As isenções deverão ser provadas, por meios idôneos, perante os inspetores locais, dispensada a prova nos casos notórios. ART. 27. – Quem quer que pretenda ser nomeado empregado público, fazer contrato com o Governo ou repartições públicas, solicitar auxílios e favores liberalizados pelo Estado, só poderá ser atendido depois que, por atendido, provar que não se acha em infração do artigo 29 deste regulamento. ART. 29. – A responsabilidade pela matrícula e freqüência dos indivíduos em idade escolar nos estabelecimentos públicos ou particulares, subvencionados ou não, de ensino primário fundamental, cabe aos pais, tutores e a toda e qualquer pessoa que tenha, sob sua guarda, emprego ou companhia, menores em idade escolar, bem como aos proprietários,

administradores ou gerentes de quaisquer estabelecimentos mercantis, industriais ou agrícolas, a respeito dos seus operários ou empregados menores. Os pedidos, na falta do diretor do grupo, poderão ser entregues à professora D. Amélia A. do Nascimento. (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 708 – 02/01/1927)

Percebe-se que, gradativamente, a preocupação com as normas e regras de desenvolvimento das diversas práticas ligadas à condução da instrução pública vem sendo cada vez mais levada adiante, no sentido de promover cada vez mais uma normatização que, eficazmente, conduza à modernização da rede pública de instrução.

Com o tempo, o primeiro prédio do Grupo Escolar Honorato Borges, situado no Largo da Matriz, já não comporta mais, em termos de infra-estrutura, um ambiente próprio e salutar para o exercício das atividades de ensino-aprendizagem. Neste sentido, mais uma vez, o Jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” publica a seguinte matéria, em sua edição n.º 719, datada de 10 de abril de 1927, onde o articulista relata a situação do prédio do Grupo Escolar, tida como precária e nociva ao ambiente escolar, de atividades pedagógicas, bem como a exigência de providências quanto ao problema:

O Grupo Escolar – A quem de direito – Vai se tornando um caso sério o problema a se resolver sobre a remodelação do prédio escolar do Grupo local. Torna-se urgente, inadiável mesmo, a resolução sobre esse assunto. Como é sabido, o velho casarão vai, dia a dia, numa verdadeira derrocada. Com as paredes a se esboroarem, enegrecidas pelas goteiras, as janelas de vidros partidos e caixilhos empenados; os muros abertos, dando ingresso aos transeuntes no recinto dos pátios e mesmo no prédio, com montões de lixo acumulados sob os alicerces, com as instalações sanitárias inutilizadas pela falta de água, esse estabelecimento de ensino mostra um aspecto desolador e até repugnante. Como observar os preceitos de higiene indispensáveis, num prédio onde se reúnem, diariamente, 300 e tantas crianças obrigadas a se acomodarem dentro de 4 salas, essas mesmas mediocrementemente aproveitáveis, e onde até a água potável é carregada para o consumo cotidiano? Torna-se até irrisório numa aula de higiene ministrada aos alunos, onde se aconselha ar puro, luz em profusão, etc., dada entre quatro paredes de uma sala mal iluminada, e cuja ventilação deixa muito a desejar quanto à sua pureza, porquanto salas há que mais se parecem uma enxovia, ou coisa que o valha. Assim, como a boa ordem, a disciplina, os bons ensinamentos constituem os elementos indispensáveis na educação moral das crianças, o meio, o conforto material, as condições higiênicas são igualmente elementos poderosos da educação física. Um grupo decente, limpo, cheio de luz, bem ventilado, além de sua utilidade incontestável, é convidativo, alegre, atraente. Finalmente, nem mais é preciso dizer, para se compreender as reais vantagens que poderão advir de uma intervenção eficaz para o melhoramento de nossas atuais condições, tão precárias neste ponto de vista. E acreditamos, esperançosos e convictos, que os preclaros dirigentes da Instrução Pública não deixarão de tomar na devida consideração o apelo que ora fazemos. (X. Y.) (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 719 – 10/04/1927)

É bastante clara e perceptível a preocupação do articulista com o estado físico do Grupo Escolar Honorato Borges, tendo um prédio nestas condições. Certamente, a presença

de problemas tão sérios na estrutura e na organização predial contradiz, praticamente, todas as tendências pedagógicas, defensoras de um ambiente de ensino-aprendizagem digno, saudável e atraente. Contradiz também todos instrumentos legais, os quais afirmavam a importância do ambiente escolar para a consolidação de uma educação baseada na higienização e controle disciplinar dos alunos. Além do mais, as salas permaneciam superlotadas, devido à quantidade grande de alunos em relação ao número disponível de salas de aula.

Inicia-se, na cidade de Patrocínio, uma campanha em prol da conscientização da população e dos políticos acerca da necessidade de se tomar uma iniciativa para a solução deste problema lastimável e, ao mesmo tempo, indicativo de que a situação do ensino primário no Estado de Minas Gerais ainda permanece em plano secundário de importância, na prática.

Ainda em outro número do Jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”, foi publicada a notícia da liberação da verba para reparos e reformas no prédio do Grupo Escolar. Entretanto, o articulista tem uma visão contrária a esse tipo de medida, no caso específico do prédio do Grupo Escolar. O articulista passa a defender literalmente outra solução, a construção de um novo prédio, com instalações mais adequadas para o fim estabelecido para um Grupo Escolar. O artigo completo foi publicado no n.º 727 (12/06/1927):

Grupo Escolar – Estamos seguramente informados que a secretaria respectiva ordenou ao snr. Dr. Engenheiro desta circunscrição fazer orçamento para concertos no casarão em que funciona o Grupo Escolar local. Não podemos negar a boa vontade com que o snr. Secretário, animado dos melhores propósitos em relação a tudo o que é benefício coletivo, o que não é de admirar, porque S. Exc. é um estadista, administrador e patriota, vem corresponder aos apelos reiterados que lhe tem sido feitos, e dos quais temos sido isso, dentro das normas inflexíveis que impusemos a nós próprios, para o constante progresso útil da nossa terra. Assim, exultamos com a providência tomada pelos poderes estaduais. Damos parabéns a nós mesmos. Entretanto a solução dada, embora melhorando grandemente as condições do ensino na cidade, não corresponderá totalmente às necessidades dele. O Grupo funciona com 9 classes e mais a de trabalhos. Ora remodelando-o comportará, por certo, o elevado número de alunos que o freqüentam. Mas esse remodelamento não ficará em menos de quarenta contos. É necessário subdividir o prédio. As atuais seis salas de aulas são pequenas, são acanhadas. É preciso aumentar o número de salas e sua capacidade. Entretanto, isso só não basta. No lado direito é preciso fazer uma mudança radical – porquanto ele está apoiado em outro prédio – o que lhe suprime a luz e a ventilação. Talvez o problema seria resolvido com construção de um alpendre desse lado. Será uma reconstrução dispendiosa... E, daqui há alguns anos, nova despesa, com aumentos no prédio atual, ou mesmo construção de um novo prédio. Não há nenhuma animosidade nas linhas que aí ficam. É simples observação de quem se esforça para uma solução cabal do problema. É verdade que se pode aumentar com o aconselhado não gasto de dinheiros públicos. Mas o nosso papel é de pedir, embora esses pedidos possam parecer impertinentes ou descabidos. Enfim, desejávamos um novo prédio; o snr. Secretário nos concede uma remodelação do atual: não se pode dizer que ao estamos de parabéns. (CIDADE DO PATROCÍNIO, N° 727 – 12/06/1927)

Contudo, a solução para tal problema, da suposta necessidade de um novo local para ser a sede do Grupo Escolar, começa a ser solucionada, através da previsão no orçamento estadual de 156:922\$694, quando em abril de 1928, há a disponibilização do governo estadual para o recebimento de propostas para a construção do novo prédio do Grupo Escolar em Patrocínio. Há, então, a abertura de concorrência para a obra, sendo a mesma arrematada por uma construtora de Belo Horizonte. Sobre esse certame, foi publicada outra notícia, no n.º 785 (12/08/1928), no “CIDADE DO PATROCÍNIO”, além de uma nova reivindicação: a necessidade de se construir uma nova estação ferroviária na cidade. Desse modo,

Nova Estação de Patrocínio – E. F. Oeste de Minas – Um apelo a quem de direito – por várias vezes temos, por esta folha feito sentir a necessidade de se construir em Patrocínio, uma nova estação que substitua a que nos serve, construída provisoriamente e acanhada e precária em todos os sentidos.

Novo Grupo Escolar - Posta em concorrência a construção do prédio para o novo Grupo Escolar de Patrocínio, foi esta arrematada por construtores de Belo Horizonte. O projeto do prédio que foi posto em hasta pública pelas suas dimensões e de pendências, não satisfazia ao desenvolvimento desta cidade. Levada esta falha ao nosso ilustre amigo Dr. Francisco Campos, insigne Secretário do Interior, S. Excia. Ordenou que se ampliasse o projeto, o que foi feito. Destarte teremos em breve iniciada a construção do novo prédio destinado a sanar uma grande lacuna que se fazia sentir na instrução primária de Patrocínio. (CIDADE DO PATROCÍNIO, N.º 785 – 12/08/1928)

Com a visita a Patrocínio do então Sr. Secretário dos Negócios do Interior, Dr. Francisco Campos, em maio de 1927, houve um novo respaldo por parte do Secretário a favor da construção do novo prédio, no Largo do Rosário, atendendo também ao interesse dos dirigentes políticos de aumentar o projeto inicial do novo prédio, considerado menor que a capacidade necessária para atender à demanda escolar da cidade.

Posteriormente, em julho de 1927, já se encontram na cidade os Srs. Drs. Mario Maia e Carlos Santos, responsáveis por darem início à obra do novo prédio do Grupo Escolar. O texto foi publicado no n.º 781 (15/07/1928):

Novo Grupo Escolar – encontram-se na cidade os srs. Drs. Mario Maia e Carlos Santos, respectivamente engenheiro e arquiteto construtor, que aqui vieram a fim de dar início às obras do novo prédio do Grupo Escolar. Tanto o ilustre engenheiro, Dr. Maia, como o competente arquiteto, sr. Carlos Santos, são dois nomes já consagrados na Capital do Estado, onde gozam da melhor reputação. Dentro em breve Patrocínio terá pois o seu novo Grupo Escolar, construído em estilo moderno e tendo amplas acomodações, de molde a satisfazer todas as exigências. Apresentamos a nossa visita. (CIDADE DO PATROCÍNIO, N.º 781 – 15/07/1928)

Em agosto de 1928, tem início a construção do novo prédio, na Praça Barão do Rio Branco, onde até hoje funciona a Escola Honorato Borges. O prédio é construído com

recursos financeiros do Estado, e este recebe a doação do terreno da municipalidade, no valor de um conto de réis, onde será construído o prédio. O imóvel doado possui uma área de 2.400 m², situado na Praça Rio Branco, sendo ladeado pela Rua 15 de Novembro (atualmente Rua Governador Valadares) de um lado, e do outro lado com a Praça Dr. João Nepomuceno e, por outro lado, com terrenos municipais segundo citado no Livro 3-C, folhas 112 sob o n.º 2675 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Patrocínio. A notícia da doação foi assim descrita no Jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” (Nº 768, 15/04/1928):

Grupo Escolar – Já foi pelo Sr. Presidente e Agente Executivo e demais vereadores da Câmara Municipal, passada à Secretaria das Finanças, por intermédio da Coletoria Estadual, a escritura de doação do terreno onde será construído novo (...) edifício do Grupo Escolar. Por isto estamos absolutamente certos de que, dentre em dias, será, pelo ilustre titular da Secretaria do Interior Exmo. Sr. Sr. Francisco Campos aberta a concorrência para apresentação de propostas à construção supra citada. E Patrocínio recebe do Governo do eminente Antonio Carlos mais este significativo melhoramento. (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 768 – 15/04/1928)

Algumas das famílias mais influentes e abastadas de Patrocínio também acabam fazendo doações para ajudar a construir o novo prédio, finalizando-o em 1930, quando era governador o Dr. Melo Viana, bem como prefeito patrocínense, Francisco Batista de Matos. Em 24 de fevereiro de 1931, têm início as atividades letivas no novo prédio.

Quanto ao prédio antigo do Grupo Escolar, o mesmo foi doado pelo Estado à Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar. Assim, a doação do antigo prédio ocorreu com o apoio da política local e do Bispo Diocesano de Uberaba Dom Antônio de Almeida Lustosa, que buscavam condições para a criação e o estabelecimento de um colégio católico feminino na cidade, bem como somar esforços ao Ginásio Municipal Dom Lustosa, voltado para a educação de rapazes. Essa ação tinha o intuito de fortalecer a educação em Patrocínio, bem como auxiliar no combate ao avanço da missão Presbiteriana no campo escolar, através da criação do *Patrocínio College*.

A execução da obra de um novo prédio para o funcionamento do Grupo Escolar Honorato Borges, mesmo considerada mais simples, se comparada com outros prédios da cidade, ou até mesmo em relação a outros grupos escolares das cidades vizinhas, representou um marco na história da educação do município. Fatos como a conquista dos recursos para a construção de um novo prédio para o Grupo Escolar Honorato Borges, bem como a criação de duas escolas católicas em Patrocínio, vêm demonstrando o esforço dos políticos locais em torno da modernização da educação escolar em Patrocínio, como condição para o ingresso da

cidade nos novos rumos de desenvolvimento. Esse fato foi discutido e expresso também num artigo do Jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” (n.º 787, 26/08/1928) nestes termos:

Início do Prédio do Grupo Escolar de Patrocínio – Um apelo ao dr. Francisco Campos, D. D. Secretário do Interior – Passávamos em dias desta semana, pela praça Barão do Rio Branco, quando nos despertou a atenção o movimento de operários que rasgavam valetas, seguindo o marco de barbantes estendidos, delimitando uma área, angulada por pequenas estacas. Percebemos de momento que ali se iniciava a construção do prédio do novo Grupo Escolar. A dirigir os operários, dois senhores. Um mais moço o dr. Carlos Santos, engenheiro empreiteiro da obra e o dr. Alberto Borelli, seu auxiliar. Desejosos de colher alguns informes e transmiti-los ao público, procuramos o dr. Carlos Santos a quem dissemos o motivo da nossa presença ali. O ilustre engenheiro recebeu-nos com um sorriso cativante e prontificou-se a nos responder. Disse-nos que está construindo os Grupos Escolares de Araxá, Carmo do Paranaíba e o nosso. Não é a primeira vez que se encarrega de obras do Estado, pois foi fiscal das obras do Grupo de Caxambu, em comissão pelo secretário do interior, tendo sido sua a prática daquele estabelecimento, assim como da do Grupo D. Pedro II, de Belo Horizonte, uma e outra de estilo colonial. A nossa é de estilo normando. O projeto, disse-nos o dr. Carlos, é para um Grupo de 6 salas, sabendo entretanto sua senhoria que o dr. Secretário do Interior autorizou a ampliação do projeto para oito salas, não tendo porém recebido ainda comunicação oficial neste sentido. O dr. Carlos dos Santos disse-nos também que tem já quase todo o material encomendado, de sorte que, dentro de seis meses, a contar desta data, entregará a obra concluída. Afirmou-nos que, como sempre procede, tudo fará para fazer um trabalho bem acabado, com escrúpulo e rigorosa técnica arquitetônica. Entretanto, por nossa observação, vemos que o atual Grupo é de estilo campestre e que se localiza no centro da cidade, na principal praça, ficará deslocado contrastando com prédios mais austeros e mais ricos que ali se estão construindo. A fachada principal é por demais simples e as fachadas laterais que dão para duas ruas importantes e principais da cidade, dão mais a idéia de galpão de fábrica de tecidos do que fachadas de uma casa de ensino. Estamos certos de que o dr. Francisco Campos não concordará que a nossa cidade que S. Excia. conhece, tenha um Grupo tão simples e mesmo feio, quando em outras cidades como Araxá, Araguari, Uberaba, o Governo está mandando construir lindos edifícios, amplos e modernos. Assim apelamos para o dr. Francisco Campos que tantas provas tem dado de corresponder à estima que o nosso povo tributa, merecidamente, a S. Excia., afim de que S. Excia. autorize o dr. Carlos dos Santos a fazer algumas modificações nas fachadas do Grupo, dentro das linhas gerais da planta, sem grande dispêndio, de maneira a tornar o novo prédio harmonicamente estilado com outros edifícios que nessa praça se vão construindo. Da mesma maneira esperamos que seja autorizada a ampliação do projeto de seis para oito salas o que é reclamado pelo número elevado de nossa população infantil, em idade escolar. (CIDADE DO PATROCÍNIO, N.º 787 – 26/08/1928)

O Grupo Escolar Honorato Borges se firma como instituição de ensino oficial, contribuindo para o desenvolvimento cultural da cidade, dando condições de uma melhor organização da instrução primária da população patrocínense. Neste sentido, o Grupo Escolar se torna referência na cidade de toda uma expressão educacional, voltada para a formação física, moral e intelectual.

A construção do Grupo Escolar Honorato Borges em novo prédio, torna-se base para a formação escolar do cidadão patrocínense, expressando o desejo e o esforço de descoberta da nacionalidade brasileira, de inspiração, ainda neste momento, republicana.

Além do mais, aliada aos interesses de valorização dos valores cívicos, busca-se também a afirmação de um novo padrão de comportamento para a população, embasado na disciplina e na boa moral. Efetua-se, assim, o projeto político local patrocínense, de promover a modernização dos serviços públicos oferecidos na cidade, em especial, o da instrução e da educação pública em Patrocínio. Por isso, os esforços da imprensa local, da elite oligárquica, bem como dos políticos, eram impulsionados pelo interesse de proporcionar as condições mínimas e necessárias para a execução de uma reforma social, inspirada nos ideais modernizadores em torno da promoção do desenvolvimento geral da nação brasileira, do Estado de Minas Gerais e da cidade de Patrocínio.

Portanto, a construção de um novo prédio para o Grupo Escolar em Patrocínio representa uma das facetas da execução de um processo de modernização pelas quais passa a cidade, em fins da década de 1920. Ao lado de outras conquistas relativas à infra-estrutura da cidade, o Grupo Escolar Honorato Borges veio somar esforços em torno da educação pública, assumindo papel fundamental no sentido de buscar a organização do ensino público.

É fundamental a compreensão de que a presença de uma escola pública de qualidade, para a elite local, é necessária no sentido de atuar diretamente na formação moral, intelectual e até mesmo física do povo. E assim, garantido a formação da população local conforme os moldes estabelecidos pela ordem estatal, a elite oligárquica buscava manter e fortalecer sua hegemonia social.

Os espaços escolares refletem um conjunto de rituais acadêmicos, possuidores de sentidos e significados, transmitindo uma quantidade de estímulos, conteúdos e valores de um chamado currículo oculto, sendo fonte de experiência e aprendizagem.

A separação das salas de aulas por séries, sexo ou características dos alunos, bem como a disposição das carteiras de forma regular reforçam a tendência moderna de controle dos tempos, dos movimentos e dos comportamentos sociais e individuais. A estrutura arquitetônica possui um papel fundamental e relevante que, de certa forma, expressam as tendências tayloristas de economia de tempo e disciplinarização dos movimentos.

O fato do novo Grupo Escolar Honorato Borges ser construído numa localização privilegiada no cenário urbano de Patrocínio expressa também o entendimento do espaço escolar como reflexo de urbanismo, desenvolvimento e racionalização escolar, buscando a superação de uma situação precária.

A localização do Grupo Escolar no centro de Patrocínio repercute frente aos habitantes da cidade como indício ou manifestação oculta do papel que a escola agora ocupa frente às tendências de racionalização e modernização da sociedade em geral.

Toda a espacialização de um ambiente escolar repercute nas pessoas, sobretudo alunos, indiretamente. A presença de símbolos nacionais como a bandeira, fotografias de políticos influentes, imagens religiosas, alguns imperativos morais alcançam o pensamento e o comportamento incutindo comportamentos e valores a serviço de uma ideologia nacional, religiosa ou sócio-moral.

A incorporação desses valores pressupõe que a simbologia, o comportamento moral e a conscientização política ocorrem apenas pela aprendizagem, sobretudo em ambientes privilegiados, como a escola.

Enfim, a localização da escola no cenário urbano e suas relações com o universo urbano, seu perfil arquitetônico, bem como seus elementos simbólicos de sua própria identidade ou assumidos como seus correspondem a determinados padrões incorporados cultural e pedagogicamente.

3.3.A questão do tempo e o currículo escolar: a normatização do processo ensino-aprendizagem

A fim de compreendermos a questão do tempo escolar, torna-se necessário entendermos que a racionalização do mesmo se tornou característica marcante da escola moderna. A organização em torno dos períodos, das etapas, das divisões cronológicas visa sistematizar o processo ensino-aprendizagem, contemplando diversas dimensões do processo educacional escolar.

O tempo escolar está intimamente ligado ao tempo social do qual faz parte. A escola se manifesta tanto como instância expressiva da organização social mais ampla, como também pode combater ou até mesmo destruir a ordem social da qual faz parte.

A criação dos grupos escolares, no Estado de Minas Gerais, representa uma das manifestações do processo de urbanização pelos quais muitas cidades vinham passando no decorrer da Primeira República. Localizados no espaço urbano, normalmente, em lugar de destaque no cenário paisagístico, o grupo escolar simboliza a ordem estabelecida pela modernidade. O intuito, então, manifesta-se em torno da manifestação de uma tentativa de modernizar a cidade, e a disciplinarização estabelecida no âmbito dos grupos escolares repercute no estabelecimento de um movimento que envolve todos os sujeitos sociais. A escola reflete o social, bem como o social reflete a escola.

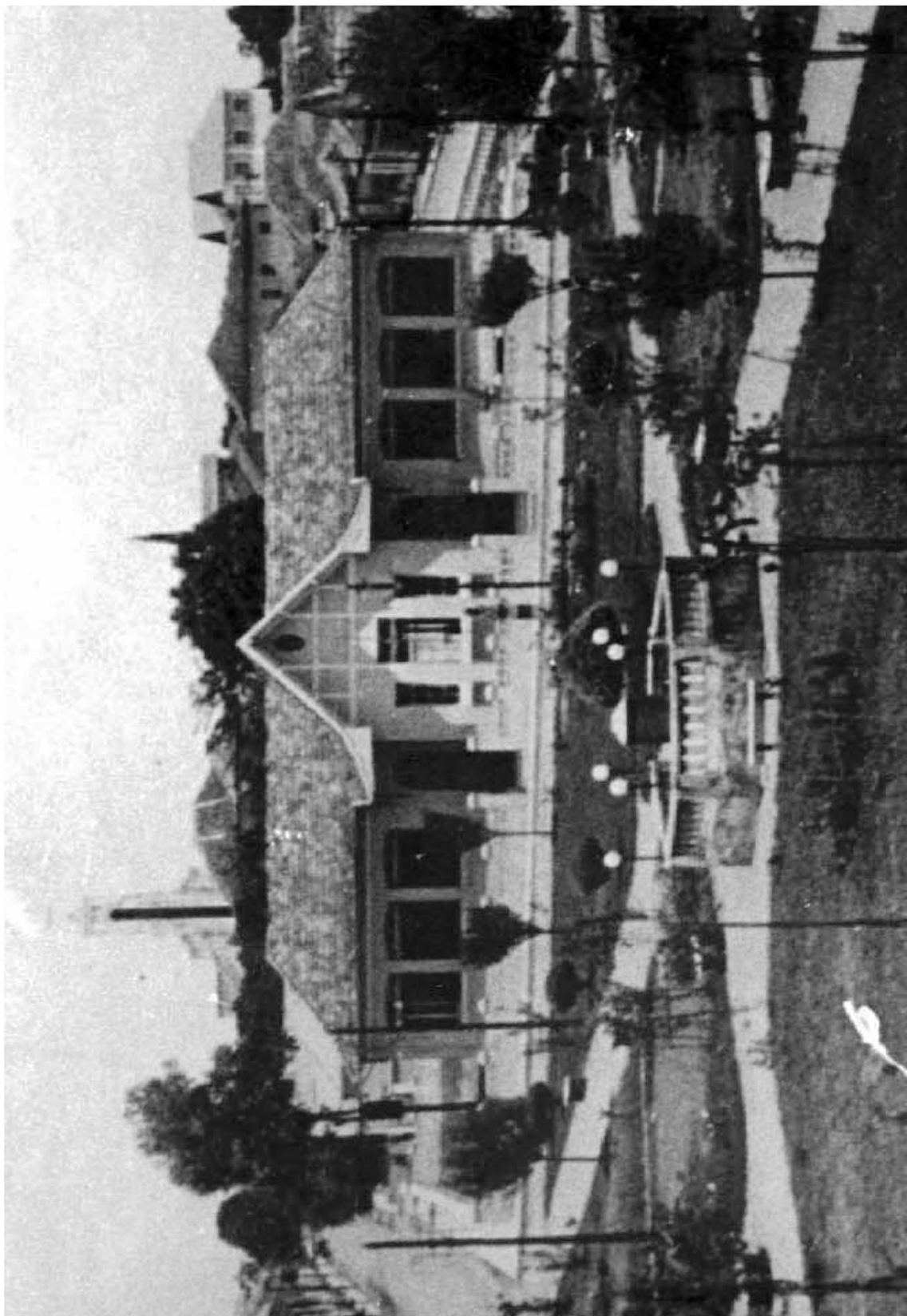


**Figura 11 – Novo prédio do Grupo Escolar Honorato Borges, construído no período de 1928 a 1930.
(s/ data - Acervo da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio)**

A sistematização do tempo escolar proporciona aos sujeitos envolvidos no processo educacional escolar o trato com a própria organização social da qual fazem parte. Isso se torna evidente quando se percebe que há um esforço em torno da consolidação de uma nova concepção de tempo escolar, estabelecida pelos estatutos legais do governo estadual, no decorrer da República Velha.

A proposta de uma nova organização escolar, intimamente ligada ao processo civilizatório, implementado pelos esforços positivistas e tendo como modelo os Grupos Escolares, pode ser expressa no pioneirismo da implantação do ensino seriado. A proposta dessa forma específica de ensino seriado sugere o cruzamento entre várias facetas expressivas do mundo escolar: a questão do espaço e do prédio em funcionamento, a organização do tempo, os conhecimentos ministrados enquanto currículo, os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, os métodos utilizados como veículos pedagógicos de expressão do conhecimento, dentre outros elementos.

De certa forma, o modelo estabelecido pelo paradigma dos grupos escolares serve de modelo para a organização escolar de boa parte do século XX, demonstrando sua real importância como modelo para a história da organização escolar, bem como para a história do próprio processo de socialização, tendo como uma das bases mais importantes a escolarização.

Assim, a análise aqui empreendida priorizará a abordagem do currículo prescrito pelas normatizações do governo João Pinheiro, responsável pela implementação dos grupos escolares no Estado de Minas Gerais. Isso se justifica pelo fato de que, em geral, a criação do Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio constitui reflexo de uma tendência a nível estadual, com o intuito de empreender a modernização do ensino primário. Essa modernização assume o caráter de controle do tempo escolar, bem como dos conteúdos a serem ministrados nas aulas. Por outro lado, se justifica também pelo fato de que o currículo em ação não foi possível de ser verificado, devido à ausência de documentos ou indícios que comprovem sua identidade.

Assim, a fim de agilizar o processo civilizatório implementação pelo avanço do processo de escolarização, João Pinheiro estabelece, em sua Reforma do Ensino Primário, uma série de medidas contemplando diversos aspectos ligados ao cotidiano escolar, estabelecendo inclusive padronizações em termos intrinsecamente envolvidos com o processo de educação escolar. Então, como já demonstrado anteriormente, as medidas implantadas pela Reforma João Pinheiro objetivavam a racionalização da dimensão temporal da estrutura escolar da rede oficial de ensino, sobretudo primário. Por isso,

Na escolaridade obrigatória, o currículo costuma refletir um projeto educativo globalizador, que agrupa diversas facetas da cultura, do desenvolvimento pessoal e social, das necessidades vitais dos indivíduos para seu desempenho em sociedade, aptidões e habilidades consideradas fundamentais, etc. Quer dizer, por conteúdos neste caso se entende algo mais que uma seleção de conhecimentos pertencentes a diversos âmbitos do saber elaborado e formalizado. Isso é muito importante conceitualmente, pois, na acepção mais corrente, por conteúdos se consideram apenas os elementos provenientes de campos especializados do saber mais elaborado. Os conteúdos dos currículos em níveis educativos posteriores ao obrigatório, em geral, restringem-se aos clássicos componentes derivados das disciplinas ou materiais. (SACRISTÁN, 1998: 55)

Neste sentido, o governo de João Pinheiro estabelece, pouco depois da Lei nº 439 de 28 de setembro de 1906 (Reforma do ensino primário, normal e superior), as normas e determinações em torno dos horários e programas de ensino elementar. Assim, João Pinheiro também lança o Decreto nº 1947 de 30 de setembro de 1906, estabelecendo detalhes em torno da organização temporal das escolas de ensino primário.

A Reforma do ensino, bem como as outras normatizações levadas adiante durante o governo de João Pinheiro, ansiava a modernização do ensino público primário do Estado de Minas Gerais. Buscavam, então, delimitar e tecer as normas minuciosas que iriam organizar a divisão do tempo escolar, juntamente com diretrizes metodológicas oficiais em torno da execução das atividades pedagógicas, voltadas para a execução dos conteúdos programáticos propostos. Assim,

Estes horários constituem reflexos dos usos da época, pois são dispostos de forma que, em termos atuais, nem se caracterizam matutinos, nem exclusivamente da parte da tarde. Estão de acordo com o costume dos primeiros anos deste século de se almoçar às nove horas da manhã e jantar pelas quatro da tarde. (MOURÃO, 1962: 99)

Dessa forma, percebe-se o intuito de a escola acompanhar o cotidiano das pessoas, assistindo inclusive seus hábitos alimentares e disponibilidade em relação ao tempo. Contudo, a escola também pretende ser uma alternativa quanto à organização cotidiana de suas atividades, manifestando-se como exemplo a ser seguido pela sociedade, bem como estabelecer uma realidade voltada para a mudança de comportamentos e de valores. A escola também tem a capacidade de inovação, propondo imagens e práticas diversas daquelas cristalizadas no âmbito social. Por isso,

O currículo, então, apenas reflete o caráter de instituição total que a escola, de forma cada vez mais explícita, está assumindo, num contexto social no qual muitas das funções de socialização que outros agentes sociais desempenharam agora ela realiza com o consenso da família e de outras instituições. Assumir esse caráter global supõe uma transformação importante de todas as relações pedagógicas, dos

códigos do currículo, do profissionalismo dos professores e dos poderes de controle destes e da instituição sobre os alunos. (SACRISTÁN, 1998: 55)

Para tanto, o Decreto nº 1947 (30 de setembro de 1906) estabelecia a divisão do tempo escolar por diversas atividades pedagógicas incluindo o ensino de determinados conteúdos disciplinares, bem como atividades práticas, com destaque para os exercícios físicos e canto. Por conseguinte,

Para fazer cumprir um horário assim determinado, no qual “contam” os minutos e a distribuição das disciplinas pelos respectivos horários é realizada para todos os dias da semana, em todos os anos do curso, pretendeu-se dotar os grupos escolares de normas e instrumentos de controle do tempo e dos horários escolares. (FARIA FILHO, 2000: 70)

Assim, os horários foram assim estabelecidos com o intuito de padronizar o ensino primário em todo o Estado de Minas Gerais, ministrados em grupos escolares, planejando e impondo uma estrutura que atendesse aos interesses da ordem estabelecida pelos ideais positivistas:

Quadro 01 – Horário do primeiro ano (Decreto nº 1947 / 30 de setembro de 1906)

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
10	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
10:25	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
10:50	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
11	Língua Pátria	Aritmética	Língua Pátria	Escrita	Língua Pátria	Língua Pátria
11:25	Geografia	Geografia	Escrita	Geografia	Escrita	Escrita
11:50	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos
12:15	História do Brasil	Língua Pátria	Instrução Moral e Cívica	Aritmética	História do Brasil	Aritmética
12:40	Escrita	Escrita	Aritmética	Língua Pátria	Aritmética	Geografia
13:05	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
13:15	Aritmética	Aritmética	Leitura	Leitura	História Natural, Física e Higiene	Leitura
até 14	Leitura	Leitura	Trabalhos	Escrita	Leitura	Trabalhos

Fonte: MOURÃO, 1962: 100

Assim, ao analisarmos o conjunto de disciplinas oferecidas, por exemplo, no primeiro ano do grupo escolar, percebe-se a importância dada aos conteúdos voltados para a Língua Portuguesa, bem como para os programas de Matemática respectivamente. Em outras palavras, aproximadamente 30 % do tempo de ensino eram dedicados aos conteúdos relacionados à Língua Portuguesa, bem como 20 % do tempo eram dedicados aos do conhecimento matemático. Ou seja, ambos, somados, perfazem praticamente metade do

currículo oferecido no primeiro ano do grupo escolar, demonstrando seu caráter introdutório. Por isso,

Concordando com Hobsbawm, talvez pudéssemos entender a importância atribuída ao ensino da língua pátria no programa mineiro de educação primária como mais um momento de afirmação da escola no seio da sociedade. Mas não apenas isso. Poderíamos, também, buscar compreender a íntima vinculação entre a crescente racionalização social, da qual a escola participa, e a instituição de signos e símbolos, cada vez mais presentes na cena social e escolar, que buscam dar materialidade, homogeneidade, perenidade e sentido às ações humanas num mundo cada vez mais marcado pelas divisões diversas, pela perda de identidades tradicionais, pelo movimento incessante e desorientador tão bem simbolizada na multidão urbana. O ensino da língua, mas não apenas dela, não pode, pois, ser desvinculado desse processo de destituição/instituição de identidades coletivas, sejam elas de uma classe ou de uma nação. (FARIA FILHO, 2000: 202)

Por outro lado, no quadro 02, vem a demonstração de como eram distribuídas também as disciplinas do segundo ano, conforme os horários. Também percebe-se uma organização muito semelhante à grade curricular do primeiro ano, quanto ao tempo disponibilizado para cada disciplina, evidenciando pequenas diferenças entre ambos.

Quadro 02 – Horário do segundo ano (Decreto nº 1947 / 30 de setembro de 1906)

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
10	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
10:25	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
10:50	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
11	Língua Pátria	Geografia	Língua Pátria	Geografia	Língua Pátria	Língua Pátria
11:25	Geografia	Escrita	Escrita	Escrita	Escrita	Escrita
11:50	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos
12:15	História do Brasil	Língua Pátria	Instrução Moral e Cívica	Língua Pátria	História do Brasil	Aritmética
12:40	Escrita	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Geografia
13:05	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
13:15	Aritmética	Leitura	Leitura	Leitura	História Natural, Física e Higiene	Leitura
até 14	Leitura	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Leitura	Trabalhos

Fonte: MOURÃO, 1962: 101

Dando continuidade em sua formação escolar, o aluno depara-se-ria com a seguinte organização curricular, referente ao terceiro ano do grupo escolar. Aos poucos se percebe a alteração de algumas disciplinas em termos de distribuição de aulas por semana, bem como a inserção de novas disciplinas como Geometria e Desenho.

Além disso, enfatiza-se um pouco mais a realização de trabalhos manuais, sobretudo voltados para a formação das meninas. Gradativamente, percebe-se também o

interesse em proporcionar um contato cada vez mais constante em torno da História do Brasil.

Por isso,

É, pois, esse tempo artificial, apropriado e ordenado pela razão humana, que os regulamentos do ensino vão buscar impor às professoras, às diretoras, aos alunos e, mesmo, às famílias. Não por acaso, esse processo ocorre no interior de um movimento social de racionalização do tempo, próprio às relações capitalistas que se estabeleciam. (FARIA FILHO, 2000: 71)

Por outro lado, a organização temporal da escola, então, visava ser um modelo de racionalização para as novas exigências da sociedade moderna, a qual buscava a modernização dos ambientes sociais.

E o tempo executado, no interior de uma escola, demonstrava-se dotado de racionalização o suficiente para atender proporcionalmente a diversas áreas do conhecimento. Neste sentido,

[...] a prescrição de mínimos e de diretrizes curriculares para um sistema educativo ou para um nível do mesmo supõe um projeto de cultura comum para os membros de uma determinada comunidade, à medida que afeta a escolaridade obrigatória pela qual passam todos os cidadãos. A idéia do currículo comum na educação obrigatória é inerente a um projeto unificado de educação nacional. Numa sociedade autoritária expressa o modelo de cultura que o poder impõe. Numa sociedade democrática tem que aglutinar os elementos de cultura comum que formam o consenso democrático sobre as necessidades culturais comuns e essenciais dessa comunidade. Determinar esse núcleo em culturas e sociedades mais homogêneas é uma tarefa menos conflitiva do que no caso de sistemas que acolhem culturas heterogêneas ou com minorias culturais de diversos tipos. (SACRISTÁN, 1998, 111)

Percebe-se que a intenção do ensino oferecido nos grupos escolares se demonstra, através das necessidades a eles impostas, como o combate ao analfabetismo e a necessidade da implementação de uma escola que servisse de modelo pedagógico para todas as demais escolas primárias, sobretudo as singulares.

Por isso, “não podemos, no entanto, deixar de reconhecer também que, mais e mais, a escola foi se impondo como instituição específica, com seu tempo e espaços próprios, apesar dos costumes, da saúde, da higiene e da cultura daqueles que a freqüentavam”. (FARIA FILHO, 2000: 77)

O quadro curricular do terceiro ano oferecido também no grupo escolar se caracterizava da seguinte forma:

Quadro 03 – Horário do terceiro ano (Decreto nº 1947 / 30 de setembro de 1906)

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
10	Leitura	Aritmética	Leitura	Leitura	Leitura	Aritmética
10:25	Aritmética	Escrita	Aritmética	Escrita	Aritmética	Aritmética
10:50	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
11	Geografia	Geografia	Língua Pátria	Geografia	Língua Pátria	História do Brasil
11:25	História	História do Brasil	História do Brasil	História do Brasil	História Natural, Física e Higiene	Escrita
11:50	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos
12:15	Língua Pátria	Língua Pátria	Instrução Moral e Cívica	Língua Pátria	História do Brasil	Aritmética
12:40	Geometria e Desenho	Aritmética	Geometria e Desenho	Aritmética	Aritmética	Geometria e Desenho
13:05	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
13:15 até 14	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos

Fonte: MOURÃO, 1962: 102

Quanto ao quarto ano, percebem-se algumas modificações quanto à distribuição de aulas de algumas disciplinas específicas, no sentido de dobrar o tempo disponibilizado para o ensino das mesmas.

Dentre estas, pode-se citar, como exemplo: Instrução Moral e Cívica, História Natural, Física e Higiene. Neste sentido, em relação à grade curricular do quarto ano do grupo escolar, assim ela se organizava:

Quadro 04 – Horário do quarto ano (Decreto nº 1947 / 30 de setembro de 1906)

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
10	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
10:25	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
10:50	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
11	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia
11:25	História do Brasil	Língua Pátria	História do Brasil	História do Brasil	Língua Pátria	História do Brasil
11:50	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos
12:15	Aritmética	Geometria e Desenho	Instrução Moral e Cívica	Aritmética	Geometria e Desenho	Aritmética
12:40	Geometria e Desenho	Escrita	Escrita	Geometria e Desenho	Escrita	História Natural, Física e Higiene
13:05	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
13:15	Língua Pátria	Língua Pátria	Língua Pátria	Língua Pátria	Língua Pátria	Língua Pátria
até 14	Escrita	História do Brasil	Geometria e Desenho	História Natural, Física e Higiene	Instrução Moral e Cívica	Geometria e Desenho

Fonte: MOURÃO, 1962: 103

Dessa forma, compreende-se que os conteúdos programáticos das disciplinas oferecidas nos grupos escolares buscavam realizar um processo de ensino que atendesse sobretudo a algumas questões: as primeiras noções de escrita e leitura, noções básicas de matemática, bem como a prática de trabalhos manuais, preparando-se também no sentido prático. Além do mais, visava também satisfazer algumas necessidades de moralização, valor cívico, bem como a higienização dos corpos. Então¹,

O tempo e o espaço escolares são dois registros empíricos da memória da educação. Nos almanaques e horários do passado das instituições docentes tem permanecido refletidos nos trabalhos e os dias da infância e dos educandos, assim como boa parte dos parâmetros que definem a cultura escolar e as relações desta com a comunidade em que se insere. (ESCOLANO BENITO, 2000: 9)

Por isso, cada uma das disciplinas oferecidas ao longo dos anos que compõem o ensino primário, desenvolvidas nos grupos escolares, possuem determinadas diretrizes de ação, bem como são motivadas por algum objetivo mais específico. Cada um dos elementos que compõem o currículo escolar oferecido, nas escolas agrupadas, desempenha uma função determinada, aliada à metodologia de ação docente.

Um dos maiores diferenciais da tentativa do governo, em reformar o ensino público primário no Estado de Minas Gerais, consiste na adoção do método intuitivo para a realização dos trabalhos pedagógicos em torno do processo ensino-aprendizagem. A adoção de um novo método eficaz de ensino significaria para os reformados um sinal da renovação pela qual a rede de ensino vinha passando.

O método utilizado no ensino seria considerado um dos maiores marcos das mudanças qualitativas pelas quais o ensino primário vinha passando. Por sinal, a adoção do método intuitivo, bem como o valor dado à formação dos professores, refletia os interesses da burocracia estatal, interessada em consolidar os ideais positivistas. Essa mentalidade, em torno da valorização do método, deve-se à influência cientificista propagada pelos seguidores do positivismo francês, movimento intelectual originário do século XIX. Desse modo,

O método intuitivo surgiu na Alemanha, em fins do século XVIII, por iniciativa de Pestalozzi, principalmente, e era tributário das idéias dos filósofos empiristas ingleses Bacon, Locke, Hume, bem como de pensadores como Rousseau, e pedagogos como Comênio, Froebel, entre outros. Tal método valorizava a intuição como fundamento de todo conhecimento, ou seja, a aquisição de conhecimentos se faz por meio dos sentidos e da observação. Assim, para ensinar, o professor deveria

¹ (original) – *El tiempo u el espacio escolares son dos registros empíricos de la memoria de la educación. En los almanaques u horarios del pasado de las instituciones docentes han quedado reflejados los trabajos u los días de la infancia u de los enseñantes, así como buena parte de los parámetros que definen la cultura de la escuela u las relaciones de ésta comunidad en que se inserta.* (ESCOLANO BENITO, 2000: 9)

partir da curiosidade infantil, valorizar a observação e a experiência, e caminhar do conhecido para o desconhecido, do particular para o geral, do concreto para o abstrato. Em vez de exercitar a memória, deve o professor desenvolver o raciocínio. O método intuitivo, embora tenha tido outras denominações, ficou mais conhecido com o nome de Lições de Coisas. Sua aplicação nas escolas pressupunha uma enorme quantidade e variedade de materiais didáticos. Como a aquisição desse material, bem como do mobiliário, dos livros e demais utensílios fosse onerosa, os grupos escolares ressentiam sua falta. É comum encontrar-se em relatórios de inspetores escolares a queixa da ausência dos materiais e o pedido de que o Estado providenciasse sua compra. Tal fato confirma que entre as propostas republicanas paulistas para a instrução elementar e a sua realização havia uma grande distância. (BUFFA e PINTO, 2002: 50)

Por sua vez, entende-se também que

É preciso notar que esse método de ensino simultâneo era proposto para substituir, com enormes vantagens, tanto o método tradicional individualizado das escolas de primeiras letras quanto o do ensino mútuo lancasteriano. As classes homogêneas, o regime seriado, a distribuição do programa detalhado por séries, os horários são condição de possibilidade e, ao mesmo tempo, decorrências do emprego do método intuitivo. (BUFFA e PINTO, 2002: 51)

Neste sentido, percebe-se que a metodologia se torna fundamental pois direciona o processo de ensino-aprendizagem conforme regras que, supostamente, garantiriam o sucesso e a eficácia da educação escolar. Os gestores buscavam formas capazes de levar o professor ao bom andamento de um processo que buscava a excelência da prática, bem como a racionalização dos processos pedagógicos.

O Decreto nº 1947 (30 de setembro de 1906) também estabelecia algumas diretrizes detalhadas no tocante à metodologia de ensino, usada no transcorrer das aulas ministradas no interior dos grupos escolares. O Decreto em questão determinava alguns procedimentos considerados necessários para um bom andamento das aulas, no que se refere principalmente a elementos práticos do cotidiano da sala de aula.

Por exemplo, no que se refere à disciplina Leitura, aconselhava-se a abordagem imediata das combinações silábicas que davam origem ao vocábulo, relacionando a definição expressa com as letras que a compõem. Por outro lado, aconselhava-se também respeitar a relevância da sequência do mais simples e singular para o mais complexo.

Em relação à disciplina Escrita, o Decreto trazia também diretrizes muito específicas, esclarecendo até mesmo o material a ser utilizado nas primeiras aulas (ardósias ou lápis e papel, em vez de pena) com a finalidade de facilitar a superação das dificuldades motoras, bem como sugerindo até mesmo o tipo de letra a ser usado pelo professor (vertical redonda) na lousa.

Já a disciplina Língua Pátria é considerada pelo Decreto a que mais exige do professor, no sentido de requerer zelo, cuidado e atenção com os pormenores com o ensino da mesma. Em qualquer que seja o ambiente, em que a criança se encontra, é através do uso da fala que se mede ou percebe o quanto o ensino da escola tem ou não ajudado em sua formação.

Outra disciplina, também considerada fundamental pelo Decreto nº 1947, é a Aritmética, a qual possui como finalidade oferecer aos alunos condições de realizar cálculos na prática cotidiana, em suas atividades corriqueiras ou até mesmo na execução do trabalho. Assim, valoriza-se muito o papel da memória no ensino do conhecimento da Matemática.

Por sua vez, Geografia deve ser ministrada, conforme os ditames do Decreto, obedecendo ao raciocínio intuitivo que, necessariamente, regula-se sempre do conteúdo ou objeto de estudo particular para outro de caráter universal ou geral. Além do mais, é necessário que os alunos conheçam profundamente as principais definições do conhecimento geográfico, a fim de garantir a evolução do seu processo de ensino-aprendizagem.

A História do Brasil tem o objetivo de familiarização dos alunos com os principais acontecimentos do país, no decorrer de sua trajetória. Neste sentido, há também o cuidado de não somente narrar ou descrever os fatos em si, mas também promover o sentido de patriotismo e de valor à nação. Nota-se o uso de compêndios apenas no terceiro ano.

O Decreto também contempla a necessidade de estimular a Instrução Moral e Cívica, oportunizando a inculcação de bons hábitos e costumes, bem como o cumprimento do dever. Assim, haveria a contribuição para a formação pessoal do aluno, dirigindo-o no sentido de obter uma significação em termos de comportamento, diante de si, do outro, bem como da sociedade onde se encontra.

Por outro lado, a Geometria e Desenho seriam úteis, no sentido de promover capacidade criativa e associativa do aluno, ressaltando a oportunidade de relacionar formas com objetos materiais, além de estimular a reprodução dos objetos através da arte do desenho.

Já em relação à História Natural, Física e Higiene, aproveita-se a oportunidade para oferecer aos alunos conceitos básicos em relação ao seu próprio corpo, além de conhecer também os animais que o cerca, bem como ajudá-lo a consolidar um vocabulário a fim de proporcionar uma exposição clara de suas próprias idéias.

Os Exercícios Físicos também são vistos como uma possibilidade de estimular os alunos a conhecerem seu próprio corpo, aprimorando seu desenvolvimento físico.

Nesta perspectiva, há também o destaque para a disciplina em torno da realização de Trabalhos Manuais, que buscam oferecer aos alunos a oportunidade de aprimorarem sua

autonomia frente às diversas tarefas práticas, inclusive as domésticas (no caso das meninas). Como não podia ser diferente, o Decreto n.º 1947 reserva um destaque especial para as meninas, neste aspecto, ao expressar a necessidade delas, logo cedo, acostumarem-se com o manuseio de utensílios domésticos.

Em relação aos meninos, os Trabalhos Manuais são muito importantes no que se referem à questão do ofício material, possibilitando o próprio desenvolvimento da capacidade motora e de adaptação aos recursos materiais disponíveis em sua realidade de trabalho. Neste sentido, a formação para a execução do trabalho é destacada.

Por conseguinte, há também a disponibilização de uma disciplina voltada para as artes musicais, em específico o Canto, ensinada em horários também pré-determinados e oferecida para todos os alunos do grupo escolar simultaneamente. Importante também é salientar que a disciplina é de responsabilidade, segundo o Decreto n.º 1947, de um artista especial.

E, por fim, o texto do Decreto também determina que determinadas disciplinas (Geografia, História do Brasil, História Natural, Física, etc.), ao serem ministradas, deverão ser demonstradas através de objetos específicos de que se tratam os conteúdos lecionados. Por isso, é fundamental a implementação de um Museu Escolar, com o intuito de demonstração prática dos conteúdos específicos em aula.

A Reforma João Pinheiro (1906), por outro lado, também expõe detalhadamente os programas oficiais de cada disciplina a ser ministrada durante todos os anos em que a mesma for oferecida ou constar no currículo escolar.

Assim, nesta regulamentação são citados minuciosamente todos os assuntos e temas a serem abordados durante os diversos anos em que são ministrados, como alguns procedimento práticos e didáticos, por semestre.

Neste sentido, temos como um exemplo dessa organização, o programa da disciplina Leitura, em seu primeiro ano, nos grupos escolares, no quadro 05.

Percebe-se que as reformas propostas por João Pinheiro, em seu mandato, refletem o desejo de modernização do ensino público, sobretudo primário e normal, com o intuito de aprimorar o desenvolvimento da educação escolar. Neste sentido, a presença de um currículo prescrito seria considerado importante e necessário para a consecução de um modelo escolar aliado aos interesses de implantação de uma nova ordem social, capaz de trazer desenvolvimento e aperfeiçoamento intelectual, moral e físico para a população.

Quadro 05 – Programa de ensino da disciplina de Leitura (1.º ANO)
Lei n.º 439 (28 de setembro de 1906)

	PRIMEIRO SEMESTRE	SEGUNDO SEMESTRE
PRIMEIRO ANO	Leitura de vocábulos, no quadro negro, a princípio pouco extensos e de fácil decomposição em sílabas simples, depois mais longos e mais difíceis. Os sons de mais de uma representação serão dados em último lugar. Leitura de monossilábicos que se prestam à formação de frases, com as palavras estudadas. Ler, no quadro negro, vocábulos novos formados pela combinação das sílabas em que se decompõem os já estudados. Exercícios de letras maiúsculas com palavras formadas pela mesma combinação. Recapitulação, substituindo as letras manuscritas por impressas. Abecedário: conhecimento das letras minúsculas e maiúsculas, impressas e manuscritas.	Leitura, em livro próprio, de historietas e máximas, cuja composição dever ser de sentenças curtas, onde os alunos se exercitam nas pausas da pontuação. Explicação do significado das palavras de cada trecho lido. Nota: neste período, o aluno deve ter concluído o livro adotado.

Fonte: MOURÃO, 1962: 144 – 5.

As atividades pedagógicas eram centradas na figura do professor, demonstrando uma postura centralizadora na autoridade do mesmo. O professor, por sua vez, deveria obedecer aos procedimentos impostos pelo governo, e fiscalizado pelo diretor do grupo, bem como pelo inspetor escolar. As atividades escolares se expressam em torno da predominância de aulas expositivas, com uma disciplina rígida, e com longas lições embasadas no processo de memorização e repetição de lições.

Contudo, ao mesmo tempo em que esses documentos legais são importantes no sentido de promoverem uma padronização dos conteúdos a serem lecionados nos grupos escolares, bem como os procedimentos didáticos e os temas / assuntos de cada semestre, por disciplina, são dispositivos que impedem a autonomia do professor em sala de aula. Este se vê obrigado a seguir, de forma mecanizada e passiva, todos os conteúdos, programas e procedimentos impostos pela legislação. Inclusive, suas ações, resultados e até mesmo sua performance como profissional sempre são alvos de fiscalização por parte dos serviços de inspetoria, realizados de forma contínua e periodicamente.

As demais regulamentações acerca da Reforma João Pinheiro (Lei n.º 439 de 28 de setembro de 1906) se encontram descritas no Decreto n.º 1960 de 16 de dezembro de 1906. o Decreto possui a intenção de dar as minúcias em torno dos procedimentos em torno da efetivação e da manutenção do ensino, sobretudo primário.

Com a intenção de promover a reforma do ensino, o governo de João Pinheiro, no que se refere aos procedimentos pedagógicos, por mais simples que sejam, são controlados

pela máquina estatal, buscando a preservação dos saberes e práticas no âmbito dos grupos escolares. Sua atuação, enquanto gestor das questões ligadas à escolarização, são expressões de uma tendência de centralização do processo civilizatório, marca evidente do processo de escolarização levado adiante em seu governo.

Por outro lado, percebe-se também que, apesar dos esforços do governo João Pinheiro e de seus sucessores, a realidade em que os grupos escolares, bem como as escolas singulares são criados e implantados num contexto em que nem sempre é possível, efetivamente, colocar em prática o que é proposto pelos ditames legais. Um dos problemas mais sérios, como consta em depoimentos e relatórios, é o caso da falta de material pedagógico adequado para a realização dos conteúdos sugeridos. O grupo escolar, na maioria dos casos, não possuía todos os materiais pedagógicos previstos em lei, restringindo-se ao uso do caderno, lápis, borracha, caneta tinteiro, pena, tinta, quadro-negro e giz. É comum observar, nos gastos relatados na caixa escolar, despesas com esses tipos de materiais didáticos.

Até o início da década de 1920, não existiam os Compêndios para a realização das atividades de Leitura em sala de aula, para as salas de segundo, terceiro e quarto anos do grupo escolar. Por isso, o diretor usou o livro *Cultura de Campos*, de Assis Brazil, o único livro existente no grupo escolar Honorato Borges, e para o primeiro ano, usava-se a cartilha de Hilário, também o único disponível para venda na cidade. Neste sentido, o material pedagógico era improvisado muitas vezes através de álbuns, quadros e outros materiais confeccionados pelos professores, bem como o uso de mapas cedidos pela Secretaria dos Negócios do Interior.

Enfim, após a Reforma de João Pinheiro (1906), em outros governos estaduais, inúmeras outras providências foram tomadas no sentido de aprimorar e expandir inclusive quantitativamente a rede escolar de ensino do Estado. Além do mais, foram promulgadas outras leis referentes ao ensino primário e ensino normal, além de dispositivos em torno da organização dos conteúdos curriculares. Contudo, todas elas têm como inspiração os moldes empreendidos pelo pioneirismo da Reforma João Pinheiro (1906), bem como pelas suas regulamentações. O ensino público, em Minas Gerais, tem como fundamentação curricular e pedagógica a Reforma de João Pinheiro, cujo maior destaque é a implantação dos grupos escolares como modelo escolar característico do republicanismo no Brasil.

Dessa maneira, a organização do tempo escolar, bem como o currículo proposto pelo Estado, representam a tentativa de racionalização dos procedimentos praticados no processo de ensino-aprendizagem no âmbito da rede oficial de ensino. Com isso, também os

grupos escolares como o Honorato Borges tinham o dever de colocar em prática sobretudo o currículo proposto pelas regulamentações do ensino primário.

A abordagem do currículo prescrito foi fundamental nesse estudo, pois reflete a tentativa de compreensão dos conhecimentos propostos pelo governo em sua racionalização do ensino primário. A centralização em torno de um currículo oficial possibilitava a construção de um modelo considerado importante e fundamental na construção de uma escola realmente preparada e adequada para as novas exigências do mundo e da realidade social.

Sendo integrante da rede oficial de ensino primário do Estado de Minas Gerais, o Grupo Escolar Honorato Borges deve assimilar o currículo prescrito pela reforma João Pinheiro. Contudo, todo processo de assimilação de um currículo oficial ou prescrito pressupõe também um currículo em ação, restrito ao âmbito de cada escola. A representação escolar pode ser considerado um misto de assimilação e negação das propostas inovadoras. A escola constitui, simultaneamente, expressão de uma tradição já enraizada, bem como uma renovação dos processos pedagógicos postos em prática em sua internalidade.

3.4. Corpo docente e corpo discente: perfil e identidade

A efetivação do processo de escolarização pelo qual o Estado de Minas Gerais, bem como em suas cidades, dependia de um fato fundamental: a participação dos sujeitos mais destacados e envolvidos em toda e qualquer vida escolar – seus mestres e alunos.

Assim, todas as medidas administrativas, como os pressupostos filosóficos em torno da educação, dependiam de como os sujeitos sociais se posicionavam frente às questões impostas pela escolarização, inserida no contexto da cidade.

A Primeira República, mesmo que ainda de forma precária, implementa, em Estados como São Paulo e Minas Gerais, um processo de escolarização voltada para a modernização do ensino público, sobretudo o primário.

A implantação dos grupos escolares, de certa forma, irá contribuir também para uma mudança no perfil dos mestres e dos alunos, estes envoltos pela cultura comprometida com a efetivação de reformas sociais, desejadas pelos governos republicanos e responsáveis pela solidificação de uma nova ordem social.

Assim, quanto ao corpo docente, a maioria é composta por mulheres que assumem as salas de aulas. A profissão do magistério, com a implantação dos grupos escolares, passa a ser visualizado como uma oportunidade aceitável de profissionalização das mulheres, sendo talvez a única profissão feminina reconhecida como valorosa pela sociedade. Por outro lado,

acreditava-se também que, ao atuar como professoras, as mulheres poderiam contribuir efetivamente para a consolidação da identidade do povo e da pátria brasileira. Neste sentido,

[...] variados eram os atributos que possibilitavam identificar uma “boa professora”. Dentre aqueles encontrados nos relatórios de inspetores e diretoras, podemos destacar: desembaraçada, estudiosa, escrupulosa, assídua, cumpridora de seus deveres, bem preparada, pontual, inteligente, delicada, bondosa para com os alunos, trabalhadora, esforçada, caprichosa, bem preparada e conhecedora de todo o maquinismo escolar; tem, também, vocação para o magistério, aptidão didática e energia. Em número bem menor, encontramos aquelas características imputadas às professoras consideradas como não-preparadas: é acanhada, é prolixa, é fraca intelectualmente, sem prática e sem energia. Além disso, não tem aptidão para o magistério, falta-lhe vivacidade, amor à profissão e ao cumprimento dos deveres. (FARIA FILHO, 2000: 124)

O processo de racionalização e modernização pelo qual passara o processo de escolarização, no decorrer da Primeira República, pressupunha a regulamentação também da profissão do magistério, a qual se caracterizava, neste sentido, pelo estabelecimento de uma divisão e controle do exercício profissional. Por outro lado, percebe-se também que fatores como os baixos salários e o aumento da oferta de outras funções para os homens acabou afastando os mesmos do magistério no ensino primário. A presença maciça de mulheres no ensino primário, configurava também, como uma maneira de estabelecer um elo entre o lar, a família e a escola. Contudo, nota-se que a criação dos grupos escolares trouxe também consigo uma nova divisão do trabalho escolar, com a presença de uma equipe de profissionais, homens e mulheres. Assim,

A implantação da escola graduada implicou um duplo processo de redistribuição do poder na organização escolar. Externamente, tomou melhor forma o serviço de inspeção escolar, condicionando o funcionamento dos grupos escolares. Internamente, a redistribuição do poder implicou o estabelecimento de papéis e regulamentação da vida cotidiana dos diferentes grupos ali existentes: diretor, professores, alunos, serventes, porteiro. (SOUZA, 1998: 82)

No Estado de Minas Gerais, o Regulamento do Ensino Normal e o Regulamento do Ensino Primário foram aprovados pelo Decreto n.º 1960 de 16 de dezembro de 1906. Assim, em seus textos, determinava a seguinte tabela de vencimentos para os profissionais do ensino primário, vigente em todo o Estado.

**Tabela 03 – Tabela de vencimentos (Reforma João Pinheiro)
Decreto n.º 1960 (16 de dezembro de 1906)**

PROFESSORES PRIMÁRIOS EFETIVOS:	SALÁRIOS:
Colônia	1:200\$000
Distrito	1:400\$000
Cidade ou Capital	1:800\$000
Grupo Escolar de Cidade	1:800\$000
Grupo Escolar da Capital	2:000\$000
Diretor de Grupo Escolar da Cidade	3:000\$000
Diretor de Grupo Escolar da Capital	3:600\$000
Porteiro de Grupos Escolares	960\$000
Servente de Grupos Escolares	760\$000
Professores Técnicos	3:600\$000
Auxiliares de Escolas Isoladas	600\$000

Fonte: MOURÃO, 1962: 158 – 9.

Aos diretores dos grupos escolares cabiam as seguintes funções: executar as matrículas dos alunos interessados em ingressar no grupo; fiscalizar as atividades desenvolvidas no âmbito escolar; servir de intermédio com as demais autoridades de ensino, bem como a comunidade em geral, em especial os pais dos alunos; responsabilizar-se pela escrituração e condução da “caixa escolar”; organizar e administrar as questões referentes ao pessoal e questões disciplinares do corpo docente, bem como a organização da folha de pagamento, encaminhada ao governo estadual para sua efetuação; supervisionar todos os livros de ponto, diários, boletins e demais documentos elaborados em relação ao cotidiano das práticas escolares; dentre outras funções.

O primeiro diretor empossado (Livro “Termo de Posse”, página 2, 08 de julho de 1913) do Grupo Escolar Honorato Borges foi Professor Modesto de Mello Ribeiro, nascido em Patrocínio a 08 de agosto de 1871 e formado professor na Escola Normal de Uberaba. Residiu em Patos de Minas, cidade onde lecionou na primeira escola pública da cidade, situada na esquina da Rua Alfredo Borges com Teófilo Otoni. Casou-se com D. Honorina, filha do Capitão João Gualberto de Amorim.

Dois anos após sua posse, como diretor do Grupo Escolar Honorato Borges, Professor Modesto voltou a Patos de Minas, onde inaugura o primeiro Grupo Escolar da cidade, o Grupo Escolar Dr. Marcolino de Barros, sendo diretor do mesmo até sua aposentadoria em 1927.



Figura 12 – Folheto comemorativo do Centenário de Nascimento do Professor Modesto (08/08/1871 – 08/08/1971). (Acervo da Escola Municipal Honorato Borges.)

Tido como homem de admirável saber erudito, amante das belas artes, homenageou grandes nomes da história da arte, dando nomes aos seus filhos: Cícero, orador e político romano; Cecília, padroeira dos músicos e Rubens, renomado pintor flamengo. Morreu aos 21 de setembro de 1928.

A presença do Professor Modesto como primeiro diretor empossado do Grupo Escolar Honorato Borges foi fundamental para a implementação do mesmo na cidade de Patrocínio. O grupo escolar, ainda em fase de implantação, necessitava de uma pessoa experiente e capacitada para a sua consecução. Assim, vale afirmar que sua ação se demonstrou no sentido de proporcionar as condições técnicas, administrativas e pedagógicas para o funcionamento do Grupo Escolar Honorato Borges.

O diretor é uma nova função no interior do grupo escolar. Assume um papel central nos rumos da estrutura hierárquica e burocrática, dinamizada a partir da implementação dos grupos escolares em diversas partes do país, em especial nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Possui o cargo, que é responsável pela intermediação entre a escolar e o governo estadual, respondendo de forma imediata aos problemas e questões internas do grupo escolar. A implantação da função ou cargo de diretor está diretamente relacionada ao processo de racionalização do ensino primário. No quadro a seguir, vem a descrição dos diretores empossados no Grupo Escolares Honorato Borges, no âmbito da sua criação, em 1912, até o término da construção do novo prédio, em 1930.

Quadro 06 – Diretores empossados Grupo Escolar Honorato Borges (1912 – 1930)

DIRETOR(A) EMPOSSADO(A):	PERÍODOS DE ATUAÇÃO:
Modesto de Mello Ribeiro	08/07/1913 a 10/01/1917
Leonides de Mello Ribeiro	11/01/1917 a 14/01/1919
Amélia Angélica do Nascimento	15/01/1919 a 18/03/1919 01/09/1923 a 02/10/1923 08/11/1926 a 07/11/1927 03/02/1933 a 07/07/1933
Américo Machado	19/03/1919 a 31/03/1919
Alberto da Costa Matos	01/04/1919 a 11/09/1919
Olympio de Moraes	12/09/1919 a 30/08/1923
Vitalino Martins da Silva	03/10/1923 a 07/11/1926 08/07/1933 a 07/07/1935
José Fábio Vilhena	08/11/1927 a 13/08/1928
Francisco Emiliano Araújo	14/08/1928 a 11/11/1928
Mário Rebello	12/11/1928 a 03/07/1930
Lucas Tavares de Lacerda Filho	04/07/1930 a 13/09/1931

Fonte: Livro “Termo de Posse” – Escola Municipal Honorato Borges

Por sua vez, os professores regentes de turmas do grupo escolar tinham por funções primordiais: manter a ordem de entrada dos alunos em classe e a sua permanente distribuição; obedecer às diretrizes do programa de ensino primário, estabelecido pelo governo estadual; zelar pela disciplina durante as aulas; fiscalizar os alunos na prática de exercícios, bem como durante as aulas de ginástica; dentre outras funções burocráticas, como a escrituração de diários de classe.

A primeira professora formada a lecionar em Patrocínio – M. G. e a ser nomeada para o exercício do magistério no Grupo Escolar Honorato Borges é Amélia Angélica do Nascimento. Nascida em Paracatu, no dia 21 de dezembro de 1876. Morreu no dia 17 de setembro de 1954, em Belo Horizonte, para onde se transferiu em 1937. Seus pais eram de origem baiana e se chamavam Bernardino Dias do Nascimento e D. Maria Angélica do Nascimento. Inclusive, sua mãe era descendente de Mem de Sá, do qual usava o sobrenome.

Sua formação como professora foi realizada na Escolar Normal de Paracatu, muito famosa na época. Casou-se com a idade de 22 anos, com o professor Leovigildo de Paula e Sousa. Mudou-se logo em seguida para Patrocínio, onde começa a dar aulas particulares. Ao ser instalado o Grupo Escolar Honorato Borges, recebe o convite para lecionar no mesmo, por indicação do Coronel Honorato Borges. E, depois disso, leciona no grupo escolar, sendo também diretora interina por quatro vezes, até se aposentar.

Demonstrou-se ser professora de alto reconhecimento por parte da população por sua cultura e conhecimento. Muito admirada pelos seus trabalhos literários, colaborou com a imprensa de Araguari e de Patrocínio, através de artigos, poesias, além de dedicar-se à arte da flauta. Por ocasião da morte de sua filha, Dulce, escreveu o seguinte soneto:

RECUERDO DULCE
(Acervo da Escola Municipal Honorato Borges)

Quando eu cismo na enorme desventura
que me alanceia a alma e me definha,
e na intensa aflição dessa amargura
fico a pensar em ti, triste e sozinha...

Como em prisma fugaz se me afigura
que a tua pulcra imagem se avizinha,
e a luz do teu olhar – tão doce e pura
julgo ver, nessa louca ilusão minha.

Sinto aos olhos subir amargo pranto
nesse martírio imenso, sofro tanto
quanto sofreu o Cristo lá no horto.

Nem sei mesmo se vivo nesse instante...
em que – ao peso dessa dor possante –
sinto o tédio, a descrença, o desconforto...

Amélia Angélica do Nascimento
Patrocínio, julho de 1914.

Por ter sido uma das professoras que por mais tempo permaneceu no Grupo Escolar, em seus primeiros anos de funcionamento, sua atuação foi de fundamental importância para a organização do ensino público em Patrocínio – M. G..

A presença de uma professora normalista na cidade e a sua atuação no Grupo Escolar contribuíram enormemente para a consecução do projeto local de estabelecer uma escola pública na cidade. Sua formação e sua experiência foram imprescindíveis para o Grupo Escolar Honorato Borges, em seus primeiros anos de funcionamento.

Por sua vez, a segunda professora a ser nomeada, para atuar no Grupo Escolar Honorato Borges, é Letícia de Faria Machado. Atuou, assim como Amélia Angélica do Nascimento, na fundação do mesmo, ajudando a instalá-lo como estabelecimento de ensino da rede oficial. Morreu em 1921, quando tinha apenas vinte e cinco anos de idade, vítima de um disparo de arma de fogo.

Muitos professores foram nomeados para exercerem seus cargos no Grupo Escolar, conforme consta o Livre “Termo de Posse”. Seguindo a tendência nacional e estadual, ou seja, no ensino primário é preponderante a presença feminina no magistério, a maior parte dos professores nomeados para o Grupo Escolar Honorato Borges são mulheres.

Do total de vinte e oito professores, nomeados no período de 1912 a 1930, somente quatro são homens. Em outras palavras, Patrocínio acompanha a tendência de feminização do magistério, já notável na Primeira República. A seguir, relação dos professores que atuaram no Grupo Escolar Honorato Borges, desde sua criação (1912) até o término da construção do prédio atual (1930).

**Quadro 07 – Professores nomeados para o Grupo Escolar Honorato Borges
(Período de 1912 – 1930)**

1. Amélia Angélica do Nascimento	15. Alice de Melo Ribeiro
2. Letícia Marra	16. Circe Borges
3. Nestório de Paula Ribeiro	17. Adolina Oliveira
4. João Gualberto de Aguiar	18. Benedita Ribeiro
5. Julieta de Castro	19. Benilde Amaral
6. Amélia Augusta Alves	20. Amélia Dias
7. Teodora de Castro	21. Carmem de Paula
8. Felipe Rodrigues Corrêa	22. Ana Maria Laguardia
9. Beneventura Amélia Ferreira	23. Maria Josefina Pinheiro de M. Castro
10. Escolástica da Conceição Vilhena	24. Olegário Pinheiro de Azevedo
11. Geny Amaral	25. Alcina Maria da Cunha
12. Judite de Paula Rocha	26. Nísia Maria da Cunha
13. Jeny de Paula Rocha	27. Amélia Borges
14. Vera de Paula Rocha	28. Olga Guimarães Pereira Borges

Fonte: Livro “Termo de Posse”

Figura 13 –
Professora Amélia Angélica do Nascimento.
(s/ data – Acervo da Escola Municipal Honorato Borges.)

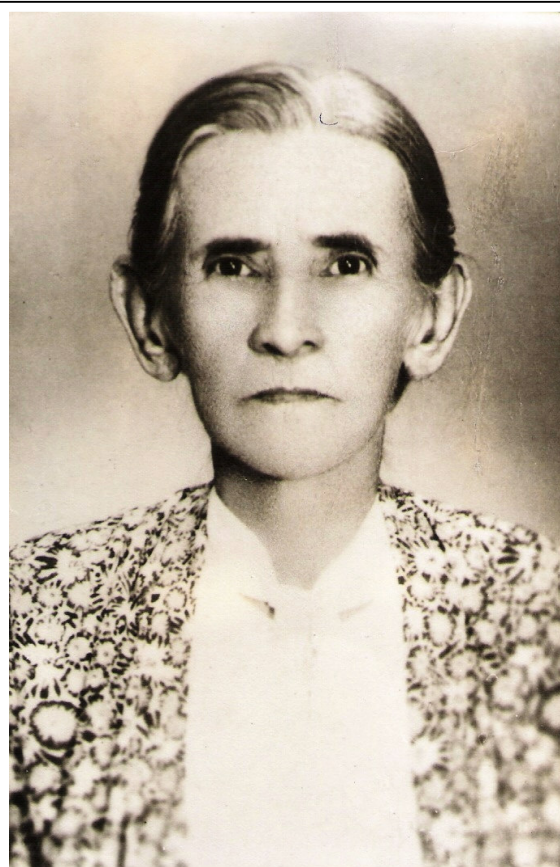


Figura 14 –
Professora Letícia de Faria Machado, 1914.
(Acervo da Escola Municipal Honorato Borges)

Assim, o Grupo Escolar Honorato Borges veio se consolidando como único estabelecimento de ensino público primário da cidade, através da atuação de seus diretores, professores e sucessão de alunos que freqüentaram seus bancos escolares.

No que se refere aos sujeitos sociais, diretamente envolvidos nos trabalhos escolares, indubitavelmente, os alunos são considerados os sujeitos mais importantes, pois representavam a personificação dos valores enraizados na pessoa humana em formação. Assim, todas as práticas e saberes escolares visavam o aluno, no sentido de colocar em prática as ações pedagógicas. Por isso,

A marca desse esforço pode ser encontrada, a um só tempo, nas tentativas, nos sucessos e nos fracassos de se produzir uma homogeneização, uma uniformização e um maior controle das crianças e na pretensão de estender essa racionalidade para o terreno da produção e da apropriação/aprendizagem dos conhecimentos escolarizados. É preciso perceber também que, se a nova ordem escolar desdobrava-se, no interior da sala de aula, numa busca por produzir a homogeneidade, a uniformidade realiza-se também como trabalho de classificação (por idade, gênero, “adiantamento”, dentre outros) e de controle, ou seja, de disciplinamento, dos alunos e demais sujeitos da educação. (FARIA FILHO, 2000: 152)

Além do mais, o processo de modernização levado a cabo pelo governo estadual objetivava a disciplinarização, a homogeneização dos comportamentos dos alunos no interior da escola, demonstrando a intenção de promover o controle efetivo sobre o comportamento social. A base do trabalho pedagógico, aos poucos, era transformada de uma postura magistrocêntrica para uma outra pedocêntrica, centralizando na criança as atividades pedagógicas. Assim,

Quanto ao papel e ao estatuto dos alunos no interior da instituição escolar, estamos assistindo aqui não apenas à afirmação de uma forma nunca antes vista da centralidade das atividades deste para a aprendizagem dos conhecimentos escolarizados, mas, sobretudo, conforme vimos, à instituição definitiva do “aluno” como categoria central nas representações e nas práticas pedagógicas escolares. (FARIA FILHO, 2000: 166 – 167)

O aluno era visto como um sujeito capaz de aprendizagem, mas através de um rígido controle disciplinar de seu comportamento. A disciplina dos corpos e das mentes era fundamental para um processo de ensino-aprendizagem ser considerado eficaz na sua principal finalidade: formação intelectual, moral e física.

Por isso, conforme afirmou Leôncio Afonso da Silva, “a disciplina era enérgica, professores e diretores eram muito autoritários, exigiam respeito e obediência, caso contrário ficava-se de joelhos em cima de grãos de milho ou ganhava-se “reguadas””. Em outros

momentos, referindo-se, por exemplo, às visitas do inspetores escolares, assim expressou: “quando chegavam, andavam em todas as salas de aula, e os alunos deviam ficar em pé, alinhados, e às vezes, dar conta de alguma matéria, tipo tabuada, para provar que os professores estavam trabalhando bem”. Afirmou também que muitos dos alunos do Grupo Escolar Honorato Borges continuavam seus estudos no “[...] Colégio Dom Lustosa. Seu diretor era o Padre Matias, que conseguiu na época, trazer o Tiro de Guerra para Patrocínio. Então, neste tempo, todas as instruções do Tiro de Guerra funcionavam no Colégio Dom Lustosa. A nossa farda era amarela.” (Depoimentos concedidos por Leôncio Afonso da Silva em 2006, ex-aluno do grupo escolar e formando de 1930).

Por outro lado, ao se referir aos alunos do Grupo Escolar Honorato Borges, d. Geralda Pereira afirmou que “o aluno da escola “Honorato Borges” era menino(a) de classe média, poucos de classe alta e a maioria pobres, da caixa escolar”. Por outro lado, afirmou também que “o maior objetivo dos estudos na escola era alfabetizar e formar pessoas honestas, felizes e cidadãos dignos”. Quanto ao prosseguimento dos estudos, após o término do ensino primário, disse que “os ex-alunos que tinham recursos, davam continuidade aos estudos nas capitais, especialmente B. H.. Tivemos muitos advogados, médicos, dentistas, engenheiros, comerciantes abastados e outras profissões como marceneiros, pintores, pedreiros, etc. ex-alunos da escola Honorato Borges, que até sobressaíram em cargos elevados da política mineira, como os Tavares”. (Depoimentos concedidos por d. Geralda Pereira em 2006, ex-aluna do Grupo Escolar no período de 1923 a 1926)

Quadro 08 – Formandos do Grupo Escolar Honorato Borges – 1930

1. Guilherme de Almeida – Inspetor Escolar	FILA DO MEIO – DA DIREITA PARA ESQUERDA
2. Lucas Tavares de Lacerda Filho – Diretor	1. Francisco Xavier
3. Padre Agostinho Velsen – Homenagen	2. Moacir Barbosa
4. Dona Geny de Paula Rocha – Professora	3. Aldo Chaves
5. Luzia de Oliveira – Oradora	4. Inácio Afonso da Silva
6. Cel. “Honorato Borges” – no Centro	DA DIREITA PARA ESQUERDA – 3.ª FILA
7. Darci Luzia	1. Hilton Gonçalves Dias
8. Laurinda Barbosa	2. José Pessoa Marra
9. Dulce Chaves de Oliveira	3. José Lopes Fernandes
10. Clarice Afonso da Silva	4. Menésio de Oliveira
DA DIREITA PARA ESQUERDA – 1.ª FILA	5. Tobias Alves Machado
1. Benedita Rosalina	6. Sebastião Roque da Silva Filho
2. Maria Mansur	7. Leôncio Afonso da Silva
3. Geraldo Maria Rodrigues	8. Dário de Faria Tavares
4. Amélia de Castro	9. Geraldo Benedito
5. Floripes Ribeiro	
6. Grasiela Machado	
7. Julia de Jesus	
8. Violeta Marques	
9. Maria Fernandes de Oliveira	

Fonte: RIBEIRO e NASCIMENTO, 2002: 54.



Figura 15 – Foto turma formandos 1930.
(Propriedade: Leôncio Afonso da Silva)

3.5. Considerações Parciais

O projeto de modernização da educação em Minas Gerais, implantado na Primeira República, tem o intuito de promover uma reforma na rede escolar e, simultaneamente, promover uma série de medidas administrativas, estratégicas para o desenvolvimento de todo o Estado e situá-lo nos rumos do aperfeiçoamento em diversos sentidos, sobretudo intelectual, político e social.

O governo estadual, sobretudo através da Reforma João Pinheiro, procura promover a racionalização e a organização do ensino, buscando a superação de males como o elevado índice de analfabetismo mineiro, bem como superar a desestruturação da rede oficial de ensino. Isso se justifica pelo fato de acreditarem ser a escola um importante meio ou instrumento capaz de auxiliar a sociedade na busca do progresso cultural. A racionalização do ensino segue a tendência empreendida com o intuito de reformar a estrutura escolar e a instituição do ensino.

Todo esse processo de reorganização do ensino primário e o desejo de ampliar a rede de ensino primário também quantitativamente têm repercussão no município e na cidade de Patrocínio. A oligarquia rural local, à frente do poder político, também buscará, em consonância com os interesses propagados pelo P. R. M. (Partido Republicano Mineiro), a racionalização do ensino público oferecido na cidade de Patrocínio. Além de ver a possibilidade de possuir uma escola da rede pública de ensino implantada na cidade, viam também na mesma a possibilidade de consolidar seu prestígio político frente à população local e aos aliados políticos da região e do estado. Quanto mais conquistas políticas a oligarquia local (chefiada pelo Coronel Honorato Martins Borges) obtivesse, maior seria o reconhecimento e o prestígio político dos mesmos.

A cidade também se encontrava, no início da República Velha, nas mesmas condições precárias que várias outras cidades mineiras. Inexistência de escolas públicas, ruas mal planejadas e de terras, enfim, a infra-estrutura urbana ainda se demonstrava muito precária e sofrível. As escolas que até então existiam na cidade eram particulares, isoladas e não tinham as mínimas condições de atender à demanda de ensino da cidade. Por isso, muitas crianças apenas estudavam em casa, com preceptores e somente em famílias com melhores condições econômicas e um poder aquisitivo capaz de proporcionar tal benefício. Outras, ainda, freqüentavam escolas mantidas por professores, os quais abriam escolas em suas próprias residências, normalmente em ambientes muito insalubres, impróprios para a execução de atividades de ensino.

Com a Reforma de Ensino implantada por João Pinheiro (1906), no que diz respeito à implantação dos modelos de origem francesa baseados nos grupos escolares, a elite política patrocínense teve a oportunidade de requerer junto ao governo estadual a criação de uma escola pública na cidade de Patrocínio. Isso foi possível devido aos interesses locais na implementação de uma escola que oferecesse condições de ensino para os filhos da elite local, primordialmente. Percebe-se que a obtenção de favores políticos como a criação de um grupo escolar está intimamente ligada ainda ao modelo coronelista, tão evidente nas cidades mineiras. Favores são concedidos em troca de apoio político, com a intenção de fortalecer as bases locais do governo estadual.

Os políticos locais (liderados pelo então Coronel Honorato Martins Borges) empreenderam uma série de medidas com a intenção de buscar as condições necessárias para a criação e a implantação de um Grupo Escolar na cidade. Através desta conquista, acreditava-se ser possível dar início à tentativa de se organizar o ensino primário oferecido na cidade, dando feições mais consolidadas ao ensino primário.

Com a aquisição pelo poder público de um casarão situado no Largo da Matriz, há criação do Grupo Escolar Honorato Borges, em 1912. Como as reformas do casarão e sua conseqüente adequação para um prédio escolar ainda não tinham condições de serem realizadas, devido às escassas verbas do município, somente depois de dois anos, em 1914, o Grupo Escolar entra em funcionamento. Todo esse longo espaço de tempo entre a criação e a implantação do grupo escolar em Patrocínio demonstra que, apesar do desejo do projeto republicano de empreender a expansão da rede oficial de ensino primário, as condições materiais para isso ainda não são suficientes para o atendimento a todas as cidades do estado mineiro. Ou, pelo menos, seguem parâmetros que não condizem com o interesse de todos aqueles ligados aos processos ou interesses políticos.

O Grupo Escolar Honorato Borges se torna importante ponto de referência em relação à educação escolar na cidade de Patrocínio. Seguindo as normatizações prescritas pelo governo estadual, estabelece todo um trabalho pedagógico organizado, conforme uma rígida divisão do tempo escolar, no tocante às diversas atividades pedagógicas desenvolvidas em seu interior, bem como referentes aos conteúdos ministrados, consolidando um currículo. A presença física, não só ideal, de um Grupo Escolar na cidade representa também a materialização de toda uma concepção maior de sociedade, proposta pelo republicanismo. O Grupo Escolar é expressão visível de uma nova ordem a ser estabelecida na sociedade, como parte de um projeto civilizatório. Mesmo assim, evidentemente, na prática, sérios problemas continuam a existir em relação ao ensino público. Assim como várias outras cidades do

interior mineiro, Patrocínio era uma cidade pequena e desprovida de muitos serviços públicos básicos, importantes para consolidarem o processo de urbanização, ligados ao processo nacional de mudança no modelo econômico, assumindo aos poucos o modelo urbano-industrial.

Durante as três primeiras décadas do século XX, o problema da demanda escolar se torna evidente não só a nível nacional, mas também na própria cidade de Patrocínio. Além disso, o prédio do Grupo Escolar implantado em 1914 passa a apresentar sérios problemas de infra-estrutura, não mais atendendo de forma satisfatória as condições necessárias para um sólido processo de ensino-aprendizagem. Por isso, em meio a diversas necessidades públicas, a imprensa local, sobretudo o jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”, passa a manifestar-se em favor da urgência da solução dos problemas de infra-estrutura do prédio do Grupo Escolar Honorato Borges. Num novo movimento de discursos publicados e reivindicações, a elite política local solicita ao governo estadual a construção de um novo prédio para o funcionamento do Grupo Escolar, com o intuito de melhorar as condições físicas e espaciais do Grupo Escolar.

Após a visita à cidade do então Secretário dos Negócios do Interior, Francisco Campos, em 1927, percebe-se a possibilidade de finalmente a construção do novo prédio para o Grupo Escolar ser viabilizada. Então, a partir de 1928, dá-se início à construção do novo prédio do Grupo Escolar, situado na Praça Rio Branco (atual Praça Honorato Borges). A obra tem seu término em 1930, quando o Grupo passa a funcionar nas novas dependências.

A trajetória da criação, da implantação e da construção do novo prédio do Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio coincide com o movimento de reformulação do ensino primário público do Estado de Minas Gerais, levado adiante, sobretudo a partir do governo de João Pinheiro.

Toda a organização do tempo escolar, atividades pedagógicas e o currículo prescrito pela reforma estadual empreendida por João Pinheiro são assumidos como modelo para a consecução de nova racionalização do ensino, tentando superar a lastimável situação prévia.

O Grupo Escolar também atrai professores de outras cidades vizinhas, formando em Escolas Normais da região, como Uberaba e Paracatu. A presença destes profissionais, na cidade, também se mostrará de fundamental importância para a consecução do projeto de racionalização e organização do ensino público na cidade.

Todos esses elementos tomados em conjunto acabaram formando a possibilidade de acontecer em Patrocínio também uma tentativa de racionalização do ensino: a criação e a

implantação de um Grupo Escolar, concernente ao projeto republicano estadual de reformulação da rede escolar, como modelos distributivos de tempo dedicado às atividades pedagógicas, com currículo prescrito, organização predial diferenciada, divisão por séries, bem como a contratação de professores normalistas para o desempenho das atividades do magistério; há também a figura do diretor, responsável pela administração escolar e professor responsável pelo intermédio entre a escola e o Estado; e agora, percebe-se o trabalho de inspetoria escolar, com a intenção de fiscalizar os processos ligados ao processo de ensino-aprendizagem levado adiante no interior do grupo escolar.

E, por fim, no final dos anos 1920, juntamente com o Ginásio Municipal Dom Lustosa e o *Patrocínio College*, bem como o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio, o Grupo Escolar Honorato Borges traduz o movimento em torno da escolarização levada adiante na cidade de Patrocínio, fortalecida com a construção do novo prédio do Grupo Escolar.